

ATA DA OCTOGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 13-9-2021.

Aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Bruna Rodrigues, Karen Santos, Matheus Gomes e Mauro Zacher. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 237/21 (Processo nº 0610/21), de autoria de Aldacir Oliboni; o Projeto de Lei do Legislativo nº 362/21 (Processo nº 0854/21), de autoria de Claudio Janta; o Projeto de Lei do Legislativo nº 314/21 (Processo nº 0760/21), de autoria de Jessé Sangalli; o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 022/21 (Processo nº 0502/21), de autoria de Lourdes Sprenger; o Projeto de Lei do Legislativo nº 374/21 (Processo nº 0881/21), de autoria de Mônica Leal. Também, foram apregoados os Ofícios nºs 1930, 1993 e 1997/21, do Prefeito, encaminhando veto parcial, respectivamente, aos Projetos de Lei do Legislativo nºs 190/19, 035/21 e 151/20 (Processos nºs 0412/19, 0118/21 e 0356/20, respectivamente). Ainda, foram apregoados os Ofícios nºs 1931, 1946, 1994, 2079, 2112, 2113, 2114, 2117, 2111, 2115 e 2116/21, do Prefeito, encaminhando, respectivamente, os Projetos de Lei do Executivo nºs 025, 026, 027, 028, 029, 030, 031 e 032/21 e os Projetos de Lei Complementar do Executivo nºs 018, 019 e 020/21 (Processos nºs 0864, 0870, 0880, 0890, 0896, 0897, 0898, 0899, 0893, 0894 e 0895/21, respectivamente). A seguir, foi aprovado requerimento verbal formulado por Mônica Leal, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão, iniciando-se o período de COMUNICAÇÕES, destinado a assinalar o transcurso do Dia do Soldado, nos termos do Requerimento nº 113/21 (Processo nº 0279/21), de autoria da Mesa Diretora. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Mônica Leal, em nome da Mesa Diretora. Em continuidade, o Presidente concedeu a palavra a Valério Stumpf Trindade, comandante do Comando Militar do Sul, que se pronunciou acerca da presente solenidade. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e cinquenta e oito minutos às quinze horas e nove minutos. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Pedro Ruas, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Cassiá Carpes, Daiana Santos e Leonel Radde. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Márcio Bins Ely, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER,

pronunciou-se Alexandre Bobadra. Após, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Giovani Pasin Bergamaschi, da Pequena Casa da Criança, que se pronunciou acerca dos projetos desenvolvidos por essa entidade. Em prosseguimento, nos termos do artigo 206 do Regimento, Pedro Ruas, Lourdes Sprenger, Aldacir Oliboni, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Daiana Santos e Comandante Nádia manifestaram-se acerca do assunto tratado em Tribuna Popular. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e cinquenta e seis minutos às quinze horas e cinquenta e oito minutos. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Pedro Ruas, Moisés Barboza, Aldacir Oliboni, Idenir Cecchim, Mônica Leal e Claudio Janta. Em PAUTA ESPECIAL, Discussão Preliminar, esteve, em 2ª sessão, o Projeto de Lei do Executivo nº 022/21, discutido por Jonas Reis. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Roberto Robaina. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 003/21, discutido por Aldacir Oliboni, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 020/21, discutido por Pedro Ruas e Mônica Leal, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 017/21, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 174/19, 158/20, 019, 084, 116, 134, 154, 170, 216, 241, 255, 272, 279, 295, 304, 307, 308 e 311/21, os Projetos de Lei do Executivo nºs 020, 021 e 024/21 e os Projeto de Resolução nºs 006, 026, 032, 036, 037, 038, 039 e 041/21; em 2ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 019/21 e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 056, 069, 075, 096 e 354/21. Também, Moisés Barboza pronunciou-se durante o período de Pauta. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Cláudia Araújo, Idenir Cecchim, Claudio Janta, Mauro Pinheiro e Daiana Santos. Foi apregoado o Ofício nº 2132/21, do Prefeito, informando que se ausentaria do Município do dia treze ao dia dezesseis de setembro do corrente, a fim de participar de eventos em Brasília – DF. Foi apregoado requerimento de autoria de Lourdes Sprenger, deferido pelo Presidente, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 117/20 (Processo nº 0297/20). Foi apregoada a Emenda nº 02, assinada por Lourdes Sprenger e Idenir Cecchim, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 117/20, e foi aprovado requerimento de autoria de Lourdes Sprenger solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes. Foram apregoadas as Emendas nºs 01, assinada por Mari Pimentel e Felipe Camozzato, e 02, assinada por Lourdes Sprenger e Idenir Cecchim, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 009/21 (Processo nº 0572/21). Às dezessete horas e quarenta e sete minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Idenir Cecchim, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia, por VINTE E UM VOTOS SIM e DEZ VOTOS NÃO, tendo votado sim Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e votado não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Em discussão

geral e votação, esteve o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 009/21 (Processo nº 0572/21), o qual, após ser discutido por Jonas Reis, Pedro Ruas, Lourdes Sprenger, Laura Sito e Karen Santos, teve sua votação suspensa, em face da inexistência de quórum deliberativo. Na oportunidade, foi apregoado requerimento de autoria de Felipe Camozzato, deferido pelo Presidente, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 009/21. Foi apregoada a Emenda nº 03, assinada por Jonas Reis e Aldacir Oliboni, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 009/21. Às dezoito horas e vinte e nove minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por Pedro Ruas, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Márcio Bins Ely e Idenir Cecchim. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Boa tarde a todos. Solicito ao diretor legislativo que proceda à chamada nominal dos vereadores para abertura dos trabalhos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e dois Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Há quórum. Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara, registramos a presença do Sr. Valério Stumpf Trindade, General-de-Exército, Comandante Militar do Sul e do Sr. Carlos Alberto Dahmer, general de divisão, Comandante da 3ª Região Militar. Obrigado pelas presenças.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Mônica Leal. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a assinalar o transcurso do Dia do Soldado, nos termos do Requerimento nº 113/21, de autoria da Mesa Diretora. Convidamos para compor a Mesa: o Sr. Valério Stumpf Trindade, General-de-Exército, Comandante Militar do Sul; o Sr. Carlos Alberto Dahmer, general de divisão, Comandante da 3ª Região Militar.

Registro ainda as presenças do Sr. Carlos Alberto Klinguelfus Mendes, coronel; do Sr. Eduardo Holcsik, Chefe do Estado-Maior da 6ª Divisão de Exército; do Sr. Altair de Assumpção Barboza, coronel; do Sr. Marco Antonio Rodrigues, coronel R1; do Sr. Alex de Araújo Ramacciotti, tenente-coronel; do Sr. Fábio Matheus do Amaral, major; do Sr. Uriel Colombo da Silveira, major. Obrigado pelas presenças.

A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra em Comunicações e falará em nome da Mesa Diretora.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde Presidente; Sr. Valério Stumpf Trindade, Comandante Militar do Sul; Sr. Carlos Alberto Dahmer, general de divisão, comandante da 3ª Região Militar. Também gostaria de agradecer aos militares que prestigiam esse evento: coronel Carlos Alberto Klinguelfus Mendes; coronel Marco Antônio Rodrigues; coronel Eduardo Gosling, chefe do Estado-Maior da 6ª Divisão de Exército; coronel Altair de Assumpção Barboza, coronel R1 Marco Antônio Rodrigues; tenente-coronel Alex de Araújo Ramacciotti e major Uriel Colombo da Silveira. Hoje lembramos, nesta Casa, o dia do soldado celebrado a cada 25 de agosto, data de nascimento do marechal Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, patrono do Exército brasileiro. Como vereadora de Porto Alegre comprometida com as causas militares, é sempre, para mim, um dever tornar pública a minha gratidão e reconhecimento ao soldado brasileiro. Meu pai Pedro Américo Leal fez do Exército brasileiro a sua família, sua escola de vida, que por consequência foi a minha também. Desde cedo, então, com o exemplo do coronel Pedro Américo Leal, passei a admirar e respeitar cada soldado em sua nobre missão, e aqui eu faço uma parada para mostrar - eu já tive o prazer de mostrar para o general Stumpf - alguns pertences que eu herdei do meu pai, com muito orgulho, ele tinha essa caixa na sua mesa com o emblema do Exército onde diz: "Exército, compromisso com a democracia". (Mostra o objeto.) Também o Duque de Caxias. E é interessante, pois nós somos vários filhos, mas eu herdei tudo por completa compatibilidade, e na linha lapela eu uso os *bottons* do Exército Brasileiro e da Infantaria, a arma do meu pai.

Muito me alegra, mais uma vez, sugerir à Mesa Diretora a mesma homenagem que tanto ele propôs enquanto vereador a estes verdadeiros defensores da nossa Pátria. O exemplo, os valores e o legado de Caxias regem a caminhada e o espírito de cada jovem brasileiro que se alista, que inicia na carreira militar, e se coloca a serviço da Pátria, representando a primeira graduação, a base, a essência das Forças Armadas Brasileiras. Mulheres e homens que vestem a farda e colocam-se à disposição, e em dedicação exclusiva ao País para enfrentar as mais diversas missões. Seja nas funções dentro dos quartéis nos constantes treinamentos e aperfeiçoamentos, em campanhas nacionais como as de vacinação e combate às doenças, no auxílio às

calamidades públicas, na defesa das fronteiras, no acesso às áreas difíceis, em grandes obras viárias, como atletas em eventos esportivos, seja nas missões de paz, e quando necessário nas de guerra, ou representando uma força nas ruas quando em auxílio ao sistema de segurança pública para que a população se sinta mais segura. Destaco isso, a importância e a participação dos nossos soldados no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 nos pontos de vacinação aqui da capital integrado às equipes de saúde, na montagem na organização dos *drive-thrus*, das filas, e provendo a segurança nos locais, onde são sempre elogiados. A construção de uma das obras mais aguardadas pelos gaúchos, a duplicação da BR-116 que está sendo executada em parceria com a mão amiga do Exército Brasileiro, de Guaíba a Pelotas, e que chegará a 211 km entre as duas cidades. E a Operação Acolhida com base em Roraima que é reconhecida internacionalmente como exemplo de enfrentamento à crise migratória da Venezuela, onde tropas do nosso Comando Militar do Sul estão atuando. Os militares no CMS deram estabilidade aos processos da força-tarefa de logística humanitária, atuando em sinergia com os demais órgãos. Esses guerreiros que não fogem à luta têm representado uma posição de referência e confiança para todos os cidadãos de Norte a Sul do País. Os brasileiros, meus queridos generais, agradecem do fundo do coração. Já foi dito que o soldado brasileiro nada mais é do que o povo de uniforme. Essa identificação é extremamente verdadeira e importante para que haja respeito e valorização. E completo com outra máxima já está incorporada à vida e ao trato militar que diz: “Uma vez soldado, sempre soldado”. Desde o início da minha caminhada militar vejo-os firmes, focados, disponíveis, crentes nos valores ideais do ofício, cumprindo seu papel. A todos esses que já estiveram e estão de prontidão em prol da Nação, o meu muito obrigada. General, missão cumprida!

Vereador Jonas Reis (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Quero aqui nesse aparte, Ver.^a Mônica, agradecer o Exército que tem sido muito importante no combate à covid-19, montando, enfim, esses hospitais de campanha, os trabalhadores da saúde e do Exército também ajudando na vacinação, esse momento tão difícil da Pátria brasileira, e também agradecer o Exército na proteção das nossas fronteiras que hoje estão muito dominadas pelo crime organizado, e na Amazônia, a destruição da nossa Amazônia que sofre hoje com esse caos, essa impotência nas políticas ambientais, e o Exército faz esse movimento importante. É uma instituição que a gente reconhece, faz parte da nossa Pátria brasileira e guardiã sempre da democracia. Parabéns ao Exército, vida longa. E viva o povo brasileiro.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Senhor presidente, prezada Ver.^a Mônica Leal, cumprimentos pela sua fala, senhores generais, o meu Município não era tributável, Ibiraiaras, um município da roça, então é uma das pequenas faltas que eu sinto, de não ter sido soldado do Exército Brasileiro, ou da Marinha, eu não tive oportunidade, mas sempre acompanhei, e uma coisa que me chamou atenção, quando eu tinha 5 anos de idade, Generais, foi quando um soldado lá da roça, Tenente Mirtes Fracasso, que estava

servindo na Amazônia, pegou a malária e voltou morto. Eu vi aquele pai dele debruçado no caixão e dizendo: "Eu perdi meu filho, mas a causa não podia ser mais nobre, ele estava servindo à Pátria através do Exército Brasileiro". Foi isso, eu um menino pequeno, e desde lá aprendi a respeitar o soldado, o sargento e os generais, aqueles que comandam. Então essa homenagem que se faz hoje sem o plenário lotado, porque respeitamos o protocolo, hoje nós estamos festejando aquilo que é das coisas mais nobres que a pátria tem: as suas forças armadas, o seu Exército, seus soldados. Vida longa ao soldado brasileiro de todas as armas, e particularmente do Exército Brasileiro. Cumprimentos.

Vereadora Comandante Nádia (DEM): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Obrigada, Ver.^a Mônica Leal, cumprimento aqui o nosso presidente da Câmara, Vereador Márcio Bins Ely, general Valério Stumpf, em seu nome quero cumprimentar todos os oficiais, praças que aqui estão, e em nome do sargento Buchaim também quero cumprimentar todos os praças do nosso Exército Brasileiro. Fico muito feliz de ver a cor verde oliva aqui dentro desta Casa, Casa de muitos debates e discussões, de aprimoramento das nossas leis e das nossas fiscalizações de Porto Alegre. Te parabeno, Mônica, por novamente estar aqui trazendo nosso Exército brasileiro. Eu sou filha de um sargento da Brigada Militar, sobrinha, neta, prima, então não tinha outra escapatória que não servir a nossa Brigada Militar, e como bom militar que sou, sempre rendo as nossas homenagens também ao Exército brasileiro. Desde pequena aprendi a amar os nossos militares, pois são eles que trazem a ordem, a segurança, asseguram a democracia, mesmo que alguns não achem, mas nós estamos aqui para defender o Exército Brasileiro. São os ensinamentos da caserna que nos deixam mais fortes: a transparência, a ética, o serviço comprometido com o outro, e são ensinamentos como esse que leva desde a brigada militar até os dias atuais enquanto vereadora desta capital. "Nós somos da Pátria a guarda, fiéis soldados por ela amados, nas cores da nossa farda, rebrilha a glória, fulge a vitória. Em nosso valor se encerra toda esperança que o povo alcança, quando altiva for a terra rebrilha a glória, fulge a vitória". Vida longa ao nosso Exército Brasileiro, e que continuem firmes como soldados de Caxias que todos nós somos. Muito obrigada.

Vereador Alexandre Bobadra (PSL): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Senhores comandantes, quero parabenizar o nosso Exército Brasileiro pela função primordial que exerce na defesa do nosso território. Eu fui Praça do Exército em 1999, na Companhia de Comando, CMS e trabalhei no gabinete do subchefe do Estado-Maior do Comando Militar do Sul, era o coronel Azambuja; depois fiz o curso formação de cabo no 3º RCG e acabei servindo no 1º Centro de Telemática de Área; depois fui para a Brigada Militar, fui para polícia penal, lá fui diretor-geral da Academia de Polícia Penal, onde implementamos um curso, em 2019, baseado nos pilares da Polícia Federal, da Brigada Militar e do Exército Brasileiro. Tenho orgulho de ter servido o Exército. Até hoje nós temos nosso grupo do WhatsApp, nossos amigos. E digo mais, amigos a gente adquire com o passar dos anos, e temos os irmãos

de sangue e os irmãos de farda, amigos de verdade. Quero parabenizar a Comandante Nádia que aqui trouxe a canção do Exército. “Nós somos da Pátria a guarda, fiéis soldados por ela amados”... São diversas canções que batem no nosso coração e nos emocionam. Embora o serviço militar seja obrigatório, se sabe que hoje aquele que não quer servir acaba abrindo mão, e a gurizada briga para servir. Eu entendo que nós temos que aumentar o número de vagas, para que os nossos jovens pudessem servir o Exército. Eu tenho uma paixão muito grande pelo Exército, a minha filha está fazendo preparatório para o colégio militar, e em nome dos 36 vereadores aqui quero agradecer o Exército. Muito obrigado por nos protegerem e por exercerem essa função primordial que é a segurança do nosso País. Brasil acima de tudo e Deus acima de todos.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Como eu ia dizendo, Vereador Presidente Márcio Bins Ely, general Stumpf e demais convidados que nos honram com suas presenças, e também acompanhando *online*, interessante que na fala dos vereadores que fizeram apertes eu reparei e registro aqui o quanto foi forte a participação do Exército na vacinação. Isso me faz lembrar que a minha neta pequeninha, a Catarina, fez um comentário esses dias comigo. Ela sempre pergunta muito sobre o bisavô, sobre Exército, e ela disse: "Agora eu entendo porque que o Exército é tão importante na vida da gente, pela disciplina, pela organização, pelo cumprimento das normas". Se viu isso o tempo inteiro, assim como se vê também nas enchentes e em todos os problemas, nas catástrofes que acontecem no País, lá está o Exército. Eu gostaria de agradecer, general, recitando uma poesia, intitulada como O Velho Borzega, que todos conhecem, e eu faço questão de mostrar, de autoria do coronel Pedro Américo Leal, que dedicou a sua vida ao Exército, e que fez do Exército a sua família por ser órfão de pai:

“Meu borzega esfolado/ dos tempos da mocidade/ de sola gasta em paradas/
em alvoradas em fim. / Biqueira empinada, bonita/ como cavalo de chefe /talão comido
de um lado/ de tanto se apresentar./ Quando acabado/ envelhecido de usar/ não sei
porque me entristeço/ e quase me ponho a chorar./ O salto que era tão forte/ a cor preta
traquejada,/ não tem mais aquele garbo/ do praça rijo que fui./ Te recordo, meu
borzega!/ Como se fosse meu corpo/ batendo no chão com cadência/ pros outros
entusiasmar./ Velho borzega estropiado/ de tanto serviços e instrução/ refletes o viver
do soldado/ com toda a recordação./Hoje ao te ver empoeirado/ no canto do meu porão/
não posso impedir, baixo os olhos/ e me ponho a recordar./ Quando te recebi na reserva
/duro como instrutor/ eras como a nossa mocidade/ que parece não se acabar/ E agora
velho borzega/ que volta a te contemplar/ percebo, não és bem de couro/ como era o
meu pensar./ É que repente me vejo em ti, agora não brilhas/ com muito mais
nitidez./do que nos tempos de outrora./ Então entendo, borzega velho,/ desmontado pelo
usar/ porque durante estes anos/ evitava de te olhar./ É que me recordando o passado/
dos tempos de militar/ representas um espelho,/ onde envelheço ao meu olhar." *Velho
Borzega (Pedro Américo Leal)*

Eu gostaria de presenteá-los com esta poesia. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver.^a Mônica Leal, agradeço em nome da Mesa Diretora. A Ver.^a Mônica falou em nome de todos, em especial aos vereadores que se manifestaram também nos apartes. Convido, de imediato, o General-de-Exército, Sr. Valério Stumpf Trindade, Comandante Militar do Sul, para que, da tribuna, possa se manifestar, por ocasião do transcurso do Dia do Soldado. O Gen. Stumpf está com a palavra.

SR. VALÉRIO STUMPF TRINDADE: Sr. Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, Ver. Márcio Bins Ely, Ver.^a Mônica Leal, proponente desta homenagem, senhores vereadores da Casa do Povo de Porto Alegre, quero cumprimentar também aqueles que nos acompanham remotamente, nesta cerimônia, desejo a todos o nosso cordial boa tarde. Quero também cumprimentar a todos que estão conosco aqui assistindo nesta cerimônia. É uma honra e uma satisfação muito grande estar aqui nesta Casa que representa a voz do povo porto-alegrense. A capital dos gaúchos que tão acolhe os militares do Exército Brasileiro, oriundos dos mais diferentes rincões deste imenso Brasil. Em minhas palavras breves de agradecimento, gostaria de começar citando a carta de Moniz Barreto ao rei de Portugal, em 1893. Assim dizia: "Por definição, o homem da guerra é nobre, e quando ele se põe em marcha, à sua esquerda vai a coragem, à sua direita a disciplina." Moniz Barreto fazia alusão aos valores militares, cultuados todos os dias na caserna e que são tão caros ao Exército Brasileiro. Ainda nas palavras de Moniz Barreto: "Quando eles passam juntos fazendo barulho, os corações mais cansados sentem estremecer alguma coisa dentro de si, sim, é despertado em todos o sentimento de patriotismo e de confiança." Os brasileiros podem contar com seu Exército, o Exército de Caxias. Comemorar o Dia do Soldado é celebrar uma data muito significativa, para nós todos integrantes do Exército Brasileiro celebramos a memória do nosso patrono Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, o mais ilustre soldado do Brasil. Exemplo de integridade, disciplina e bravura. Homenageamos também o trabalho de cada soldado, do mais antigo ao mais moderno. Em 1.º de março de 1845, Caxias celebrava a Paz de Poncho Verde, ali se encerrava a Guerra dos Farrapos, que durou cerca de 10 anos, e ceifou quase 50 mil vidas. A Paz de Ponche Verde estabelecia anistia plena os Farrapos; a libertação dos escravos e combateram no Exército de Piratini, e a escolha do novo presidente da província pelos farroupilhas. Sua conduta, sua vida, seu trabalho, renderam-lhe, merecidamente, o título de O Pacificador. Caxias representa a expressão máxima do soldado, exemplo a ser seguido e que nos inspira, todos os dias. Ser soldado é ser o braço forte na defesa de nossa soberania; é ser a mão amiga estendida com simplicidade ao nosso povo nas inúmeras missões que ele nos solicita. Olhando para trás, nesse ano que passou, temos muita satisfação em enxergar o trabalho realizado pelo Comando Militar do Sul, pelos nossos militares, no apoio no enfrentamento da pandemia; no apoio logístico; no apoio à vacinação. Estamos nas fronteiras, estamos com nossa tropa na estrada, não paramos nenhum dia. É nesse sentido que essa homenagem, Presidente, nos deixa muito felizes em vermos a Câmara de Vereadores reconhecendo o trabalho do Exército Brasileiro. As forças armadas existem para defesa da Pátria e para garantia da integridade do território

brasileiro. Esta é a essência de nossa missão constitucional. Os soldados de ontem e de hoje e suas famílias são a base de nossa instituição. Gostaria de neste momento de agradecer a Câmara Municipal de Porto Alegre pela recente aprovação do projeto de lei que denomina o Largo General Geraldo Antônio Miotto, o espaço público localizado junto ao Parque Marinha do Brasil, homenageando o saudoso General Miotto, antigo Comandante Militar do Sul, grande chefe militar e homem público. Caríssima Ver.^a Mônica Leal, proponente desta homenagem, filha do saudoso coronel Pedro Américo Leal e todos presentes que nos acolhem nesta tarde, em nome do Exército Brasileiro, deixo o nosso reconhecimento pela homenagem, que hoje nos é prestada pela Casa do Povo de Porto Alegre, o nosso muito obrigado, faça em defesa da Pátria Brasil.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Gen. Stumpf. Quando fala a Câmara, fala a cidade, então, fica aqui o registo desta justa homenagem, que presta esta Casa Legislativa ao soldado brasileiro, ao Dia do Soldado, e a todas as armas. E como foi dito aqui empenhados, imbuídos, na construção de estradas; na vacinação; na defesa das nossas fronteiras, General. Eu tenho a formação militar no CPOR, Segundo Tenente de Cavalaria R2, depois fiz o meu estágio lá no 8.º RCMEC, na nossa longínqua Uruguaiana. O coronel Marco Danguí Pinheiro, na época, era nosso comandante; hoje, presidente da Liga de Defesa Nacional. Acompanhei e venho acompanhando também, há bastante, o desenrolar da representação pública, e digo isso porque desde a época que servi, eu fui presidente do Grêmio Andrade Neves, da Cavalaria do CPOR, e junto com a presidência do Grêmio, eu era presidente do Centro Acadêmico de Maurício Cardoso, do direito da PUC. Então desde a minha época de caserna, eu venho também tentando dar a nossa contribuição a nível de representação. Mas apenas faço esse registro e gostaria, mais uma vez, de agradecer a Ver.^a Mônica Leal, que representou a todos aqui, em nome da Câmara, em nome da Mesa nessa homenagem, meus cumprimentos, vereadora, que tem sido protagonista aqui nas homenagens alusivas ao Exército Brasileiro e às demais Forças, que compõem a defesa da nossa nação, a Marinha também, a Aeronáutica, enfim. Suspendo por 2 minutos aqui os trabalhos para que nós possamos fazer um registro fotográfico em homenagem ao Dia do Soldado.

(Procede-se ao registro fotográfico.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Agradecemos e convidamos todas as autoridades militares, na pessoa do general Valério Stumpf Trindade, que quiserem continuar conosco, estaremos dando sequência à sessão.

Nós estamos com uma falha no sistema e terá que ser feita a troca de equipamento de informática no Plenário Otávio Rocha. Então vou suspender a sessão por alguns minutos, peço a compreensão de todos. Obrigado.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h58min.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 15h09min: Estão reabertos os trabalhos. O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para um requerimento.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente para a próxima sessão.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-lo, Presidente, os demais vereadores e vereadoras, eu quero aproveitar esses cinco minutos para fazer uma retrospectiva dos projetos importantes do Executivo que nós temos votado. Já votamos aqui, por exemplo, a Reforma da Previdência, com emendas da maioria dos vereadores da situação, junto com as entidades de classe, para aprimorar, para melhorar, para modificar o projeto que veio do governo, e chegamos a bom termo, uma boa negociação, entendimento e harmonia. Votamos, portanto, a Reforma da Previdência do Município. Já não se fala mais, parecia ser um monstro, mas já está adequada, adaptada à realidade do funcionalismo municipal. Depois, acredito se hoje, ou semana que vem, nós podemos votar a complementar. Como é boa a complementar! Eu sempre digo que eu sou fruto da aposentadoria complementar, antes de me aposentar, quando era atleta, já recolhia para a aposentadoria complementar. Isso me deu segurança e tranquilidade para o meu futuro. Ou seja, nada melhor do que o funcionalismo também ter uma via de complemento, e bom senso, sabendo que o mundo mudou, e que a adaptação de uma com a outra é uma correspondência muito importante. Depois poderei usar a palavra, se caso for votada hoje a aposentadoria complementar e farei algumas análises sobre o projeto. Também votamos aqui, e só falta votarmos o pacote da mobilidade urbana de Porto Alegre, a questão das isenções. Vejamos, quem está nos ouvindo, temos hoje em torno de 14 isenções. É demais, demais, demais, demais, muitas isenções; acredito que fiquem cinco ou seis, para dar maior tranquilidade e, conseqüentemente, a mobilidade urbana em Porto Alegre ser modificada; o preço da passagem, é uma passagem das mais altas do Brasil - nós precisamos mudar. É por isso que nós estamos enfrentando essas questões, e o próximo passo, é sem dúvida, as isenções exageradas em Porto Alegre, que possam trazer mais tranquilidade ao sistema, e conseqüentemente, baixar o valor da passagem.

A questão dos cobradores, serão adaptados até 2026, com qualificação, gradativamente, ou seja, a valorização desses profissionais. No mundo inteiro já não tem mais cobrador. Um dia desses eu estava vendo as Olimpíadas, e no Japão já não tem mais o motorista - o cobrador nem se fala há muito tempo. Conseqüentemente, é essa a tendência. E eu acredito que os cobradores serão qualificados, ficarão no mercado, terão a sua valorização. Portanto, uma adaptação que vai se dar ao natural. Semana passada votamos a questão da Carris. Eu tenho dito há muito tempo - eu já

estou no quarto mandato, junto com muitos vereadores - que nós tínhamos, como referência, a Carris, que ela daria a referência para os preços nos insumos, da passagem, e ela, desde que eu me conheço como vereador, nunca foi, vem em decadência. A mobilidade urbana modificou-se, hoje, com os aplicativos, os táxis, lotações, ônibus. Quer dizer, há um novo panorama de mobilidade urbana. Eu tenho dito que a partir do ano que vem, Ver. Cecchim, nós vamos ter uma análise muito profunda também na eleição para Governador. A mobilidade urbana é muito importante, principalmente, na grande Porto Alegre, onde todos desembocam aqui na nossa capital, no nosso centro, que não é centro, é um bico, e isso traz enormes problemas. Então essa combinação de fatores na grande Porto Alegre, essa mobilidade urbana mais correspondente, mais adequada, mais humana, eu tenho certeza que vai dar uma profundidade maior de tranquilidade para o transporte público da grande Porto Alegre, principalmente, da nossa capital Porto Alegre.

Semana passada tivemos revogação, e o prefeito assinou, sexta-feira, se não me engano, a revogação dos aumentos IPTU. Eu fico tranquilo, mas o Ver. Cecchim, que está aí na Mesa, que no ano que vem vai ser o presidente, já se penitenciou, usou esse argumento da penitência, de ter votado numa oportunidade e agora votou pela revogação. Nesse ponto estou tranquilo, porque nas várias oportunidades, seja como vereador ou como deputado, nunca votei aumento de impostos, seja de IPTU ou ICMS, que é o nosso imposto estadual. Então, nesse aspecto, quero concluir, dizendo que as reformas estão acontecendo, que a nossa Casa está com a maioria consolidada e que quer reforma, nós precisamos da reforma do Plano Diretor, nós precisamos da reforma do centro, uma nova revitalização do centro de Porto Alegre. Tudo isso passará pela Câmara, da mobilidade urbana, enfim, uma maioria consistente, uma maioria que quer, sem dúvida, mudar Porto Alegre. É o grande momento, é a grande alternativa. Um abraço a todos. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Idenir Cecchim assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Ver. Cassiá Carpes, todo mundo com a remissão dos pecados concluída. A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Boa tarde, Presidente, colegas vereadores e vereadoras, povo que nos acompanha pela TV Câmara e também no YouTube. Nesse período de Comunicações venho para falar, de uma forma geral, sobre a política para as mulheres aqui na cidade. Acho que é importante a gente trazer esse tema, considerando que as mulheres, nesse período de pandemia, foram as mais afetadas, as que enfrentaram um maior desemprego e também as maiores jornadas e tarefas domésticas. Eu me ative a trazer alguns dados, de forma mais específica, porque eu considero fundamental olhar para a política, para as mulheres. Olhar para essa

realidade é olhar para a dignidade e o enfrentamento inclusive da violência. Essa pandemia causou um impacto nos empregos femininos, derrubando a participação das mulheres no mercado de trabalho em torno de 45,8%, no terceiro trimestre de 2020 – o nível mais baixo desde 1990. A maior queda foi no setor de serviços domésticos, que é dominado por mulheres que normalmente encontram-se em situação de precariedade, são as mulheres que já vêm sofrendo com toda uma outra relação da ausência das políticas públicas efetivas. Encontram-se também nessa situação de precariedade e dependem muito desses seus empregos para manter o básico, o mínimo. A gente pode fazer uma correlação direta aqui em Porto Alegre, que é a cesta básica mais cara do País; como sobreviver, como manter a segurança alimentar num período desses? Nesse período de isolamento social, 50% dessas mulheres passaram a apoiar ou a se responsabilizar pelo cuidado de outras pessoas. Então, a gente está falando também do cuidado, no enfrentamento à violência, mas no cuidado. Em outubro de 2020, havia em torno de 7 milhões de mulheres em busca de trabalho no Brasil, sendo que 4,4 milhões delas eram negras. Tem que fazer esse recorte específico de raça/cor, porque a classe também determina de forma muito específica esses lugares, o recorte raça/cor se faz fundamental para a gente olhar para esse contingente de mulheres vulnerabilizadas que são negras neste País. Apesar de todo esse número expressivo que chega a 53% da população economicamente ativa no Brasil, elas seguem sendo sub-representadas. É importante a gente falar disso, porque 50% das mulheres nesse período perceberam que as tarefas domésticas aumentaram durante a pandemia e 63% delas dizem que a principal responsabilidade, que é essa realização das tarefas domésticas, foi redobrada nesse mesmo período. Então, olhem só, tem um recorte de raça, cor, classe e um gênero que vem sendo violado constantemente. Olhar para isso é olhar para a dignidade humana, para quem cuida e para quem também, neste momento, promove o cuidado. Quarenta e um por cento dessas mulheres continuam sem emprego durante a pandemia, tiveram a percepção de que esse período acentuou o trabalho e também sentiram na pele, mas principalmente no bolso e no prato essa realidade. A gente vê isso como uma violência, porque, de fato, é uma violência. No ano de 2020, as mulheres aqui, no Rio Grande do Sul, tinham um rendimento salarial de 27,4% menor do que os homens, é a maior diferença nesse período. Olhar para isso e pensar que 57% dessas mulheres passaram a trabalhar remotamente e disseram ter acumulado tarefas de uma forma muito maior, por parte dos cuidados domésticos, isso também, a gente fala dessa relação, de um distanciamento, com uma realidade; para algumas é distanciamento e, para outras, é sobrecarga. Houve também um aumento da violência contra as mulheres. Na pandemia, a violência cresceu em torno de 20% nas cidades. É importante a gente falar isso, e eu estou trazendo esses dados, meus parceiros, porque, nesse período, as mulheres gastaram em média o dobro do que os homens nas atividades, tanto de cuidado, mas também na promoção e na produção, e pensar nisso, com esses dados que são do IBGE, é olhar para as mulheres negras que são as mais afetadas, pois elas se encontravam nesse período em situação de maior vulnerabilidade em relação às mulheres no geral. Cinquenta e oito por cento dessas mulheres desempregadas em 2020 eram negras. E eu falo sobre tudo isso também para trazer que nós colocamos emendas

no PPA – no Plano Plurianual, que falam sobre o cuidado, mas também sobre a política de atenção integral às mulheres e a política para emancipação das mulheres com o objetivo de restituir um mínimo de dignidade e cuidado, mas, principalmente, também pelo fato de que aqui, nesta Casa, e passa por esta Casa, nós estaremos atentos para que essas políticas sejam efetivas. Ninguém aqui está querendo que venham aqueles mesmos que produzem e promovem o caos, que venham depois a chegar nas comunidades, ofertando um prato de comida como forma de justiça social. A gente quer políticas públicas que sejam igualitárias e venham a, de fato, impactar na vida das pessoas.

E, para concluir, então, eu finalizo, Presidente, falando da Casa de Referência da Mulher - Mulheres Mirabal, que está sem luz desde o dia 1º de setembro, que presta um serviço de excelência para esta cidade. O mesmo Município que ataca a casa de referência das mulheres é aquele que não consegue implementar, em nove meses, um espaço de cuidado e de garantia de direito para essas mulheres que sofrem violência. Falo isso como procuradora adjunta, acho importante só falar isso, porque a Casa de Mulheres Mirabal presta um serviço essencial para esta cidade, para este Município. Nunca solicitou um só centavo do Município, nunca foi bater à porta para pedir, está com CNPJ, tem toda uma estrutura organizacional de acolhimento às mulheres e, quando nós fomos procurar o secretário, olhem, para a minha surpresa, o que ele nos disse: "Teremos em 2022 um espaço de referência para mulheres." E agora? Com a urgência do dia? Com essas mulheres que vêm sofrendo violência agora, que buscam a delegacia para fazer os boletins e que não têm para onde serem encaminhadas? Como bem disseram, inclusive, parceiras nossas da delegacia, as crianças e as mulheres têm ficado nas escadas.

Finalizo falando que nós protocolamos, solicitamos, assim como o Ver. Leonel Radde também o fez, verifiquei, um pedido de providências, porque o Município tem que se responsabilizar por essas mulheres e pelos seus dependentes. Não é admissível que num momento de tamanha crise, num momento tão desesperador, com todos esses dados aqui muito bem apresentados que falam diretamente de mulheres negras, nós estejamos negociando com essa barbárie, porque isso, sim, é potencializar a violência. Então, todo o meu apoio à Casa de Mulheres Mirabal, contem comigo, contem com o nosso mandato, contem com a bancada do PCdoB, porque não é admissível que nós, neste momento, nos unamos a essa violência. É mais uma vez olhar para a responsabilidade do Município que, em nove meses, e, olhem, eu até vou reafirmar, em nove meses não teve nenhum movimento para que fosse sanado esse problema, que é um problema crônico. Vem da gestão anterior, mas nesta gestão, definitivamente, não teve nenhum movimento para que fosse, de fato, impactado neste que é um contingente mais do que urgente, é necessário para restituir a dignidade das mulheres e das crianças nesta cidade. O meu apoio à Casa das Mulheres Mirabal e a todas aquelas que constroem o enfrentamento à violência cotidiana que fala dos nossos corpos. Mulherada, contem comigo e seguimos na luta.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Leonel Radde está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas vereadores e vereadoras; boa tarde, público que nos acompanha pela TVCâmara, YouTube; quero dizer que essa fala da Ver.^a Daiana me representa. Estamos juntos na luta com a Mirabal, essa iniciativa tão importante, e o nosso mandato protocolou um projeto indicativo, projeto de lei que foi transformado em projeto indicativo, que cria para mulheres vítimas de violência a Casa de Passagem Márcia Santana, que tem como objetivo somar-se à Mirabal nesse suporte às mulheres vítimas de violência. Nós temos que regularizar essa situação e temos que ampliar a atuação da Mirabal e também que, de forma emergencial, a situação da luz seja restabelecida. O nosso mandato fez, assim como o mandato da vereadora, um pedido de providências junto à Prefeitura para que essa situação seja solucionada.

Quero também fazer uma reflexão sobre os últimos atos que vimos no nosso País: o do dia 7 de setembro, aquele ato fascista, golpista, e o ato do dia 12 de setembro, que foi esse fiasco monumental que aconteceu no último domingo no nosso País. Sete de setembro, eu não tenho dúvidas de que absolutamente todos aqueles que estavam presentes representam o que há de pior na política nacional. São pessoas que desejam golpes de estado, tortura, fechamentos do congresso, do STF. Eu me admiro inclusive que estejam dentro da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, porque não reconhecem a democracia representativa como um espaço de debate de ideias e que possa gerar mudanças no nosso País. Querem automaticamente golpes de Estado, porque o objetivo final é blindar os seus apoiadores, os seus familiares, aqueles indivíduos que, assim como o Bolsonaro, estão envolvidos em corrupção e em crimes – crimes graves –, organizações criminosas. E é isso que nós vimos no dia 7 de setembro naqueles atos que, principalmente, foram realizados em São Paulo e em Brasília, com dinheiro público sendo distribuído a rodo. Distribuíram dinheiro nos ônibus pagos com dinheiro de empresários, de sonegadores, de garimpeiros, de desmatadores da Amazônia; é esse grupo que hoje sustenta o bolsonarismo mais radical. E, no dia 12, nós tivemos, talvez um dos atos mais engraçados, de forma negativa, que foram os atos chamados pelo MBL, como se o MBL não fosse o responsável pela situação em que se encontra o nosso País, como se o *Vem pra Rua* não fosse outro movimento também responsável pela eleição de um presidente fascista, como se esses grupos não fossem responsáveis pelo protofascismo que toma conta do nosso País. E o pior: chamam para um ato em que excluem o presidente Lula, o candidato que hoje representa boa parte do campo democrático. Disseram: nem Lula, nem Bolsonaro. Foi um ato da terceira via, da direita envergonhada, daqueles políticos que discordam de algumas pautas do bolsonarismo, mas gostam das pautas econômicas que esse projeto apresenta para o nosso País. E foi um fiasco, foi uma vergonha, foi meia dúzia de gatos pingados no nosso País, o que representa que temos que construir conjuntamente sem excluir os grupos que realmente estão na rua desde o princípio, representados por diversas frentes populares e que não dialogam com movimentos fascistas. É momento de coalizão, é momento de um debate

democrático, é momento de ampliação das nossas bases, é o momento de conversas e que seja possível que, dentro em breve, os partidos progressistas e de esquerda possam andar juntos neste momento para que em 2022 tenhamos condições de vencer as eleições. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, após a Tribuna Popular, entrar nos períodos de Pauta Especial e Pauta. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Senhoras e senhores, colegas vereadores, ontem, dia 12 de setembro, foi o Dia do Servidor Penitenciário. Em 1985, dois servidores, dois agentes, o Santos e o Medeiros, transportavam um preso para uma audiência em Caxias do Sul quando foram brutalmente assassinados. Morreram no resgate de um preso. O que aconteceu? Se hoje nós já temos dificuldade com material, com transporte, imaginem em 1985. Que coisa surreal, um preso foi transportado dentro de um ônibus para uma audiência. Por óbvio, foi resgatado, bandidos assassinaram dois agentes penitenciários, no dia 12 de setembro de 1985. Por isso, essa é a data especial do servidor penitenciário gaúcho.

Da mesma forma, nós temos aqui na Casa, para ser aprovada por V. Exas., a moção de apoio para o chamamento dos aprovados do concurso da Susepe, ressaltando que nós temos mais de 40 mil presos no Estado do Rio Grande do Sul e mais de 100 estabelecimentos prisionais para 5 mil servidores penitenciários, ou seja, o déficit dos servidores é muito grande, porque o Departamento Penitenciário Nacional e a ONU identificam que nós temos que ter cinco presos para cada servidor, e, hoje, essa relação é de um servidor para cada 20 presos. Então, peço aos colegas vereadores que, assim que ingressarmos na votação, que votem favoravelmente à moção de apoio para o chamamento dos concursados da Polícia Penal.

Colegas vereadores, é importante ressaltar, também, que, ontem, dia 12 de setembro, houve um movimento contra o Presidente Jair Bolsonaro por um grupo de pessoas; foi um movimento esvaziado, um movimento fraco, que demonstrou a força de pessoas que querem se aproveitar de momentos. Nosso País está vivendo um período pós pandemia, estamos terminando, graças a Deus, uma grande quantidade de brasileiros já vacinados, o Brasil está melhorando seus números, por óbvio, estamos pagando, agora, a conta do “fecha tudo”, mas juntos nós vamos vencer. Então, o apelo que eu faço a vocês é que acreditem no Brasil.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Pequena Casa da Criança, que tratará de assunto relativo à apresentação dos projetos da entidade. O Sr. Giovani Pasin Bergamaschi, colaborador, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

SR. GIOVANI PASIN BERGAMASCHI: Boa tarde, Presidente Márcio Bins Ely, vereadores, vereadoras, demais presentes e público que nos assiste pela internet. Eu sou responsável pela comunicação e pela gestão de voluntários na instituição filantrópica Pequena Casa da Criança, localizada na Vila Maria da Conceição, no bairro Partenon. Hoje, eu venho representar a nossa presidente, a querida Irmã Pierina Lorenzoni, que preside a nossa casa, desde 2002, e que ficou no lugar da Irmã Nely Capuzzo, uma senhora muito conhecida na cidade por toda a ação social que ela fez. Ela foi a presidente fundadora desde 1956, da Pequena Casa da Criança, que, agora, em agosto, completou 65 anos, com muita história, transformando muitas vidas, atendendo crianças, jovens e idosos que estão em vulnerabilidade social na Vila Maria da Conceição.

Vou tentar apresentar brevemente. Apesar do nome, a Pequena Casa tem uma estrutura muito grande, hoje, atende na média de 800 crianças, jovens e idosos diariamente, então, é um trabalho bem grande. São mais de 100 voluntários, com muitas pessoas atuando, ajudando e contribuindo para que a gente possa oferecer uma qualidade de vida e oportunidade para essas pessoas que precisam tanto. A Irmã Nely fundou a pequena casa em 1956, e, desde então, foi criando programas e projetos para atender diversas necessidades da população da Vila Maria da Conceição, que é uma população muito carente, em situação de risco e de extrema vulnerabilidade social. Então, a gente tem vários programas e projetos que funcionam com parcerias, com doações, com convênios e voluntariado. É muita gente, muitas formas diferentes de captação de recursos para poder manter. Então, a gente tem uma escola de educação infantil, de ensino fundamental, para crianças a partir dos quatro anos até o quinto ano do ensino regular – são 370 crianças atendidas, hoje, na escola; temos o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, que é um programa de contraturno escolar, em que se oferece oficinas de música, dança, artes, teatro, balé, judô, artesanato, cultura, cidadania, informática, esportes, tudo para que aquelas crianças e adolescentes de 6 a 17 anos possam ficar dentro da instituição, criando vínculo com os educadores, e que não estejam na rua, nas vulnerabilidades que a gente conhece – são 164 atendidos nesse programa; temos o programa de aprendizagem profissional, em parceria com empresas, para poder oferecer um primeiro emprego para jovens em situação de risco e vulnerabilidade também, oportunizando um primeiro emprego e capacitações para eles, tanto nas empresas, como na Pequena Casa da Criança, na parte teórica – hoje são 42 jovens aprendizes contratados; temos o serviço de abordagem social Ação Rua, um projeto em parceria com a FASC, que atende moradores de rua e crianças em situação

de trabalho infantil – são 164 pessoas atendidas hoje e acompanhadas pelos nossos educadores, coordenadores e psicólogos, mensalmente, nas comunidades dos bairros Cruzeiro e Cristal de Porto Alegre; temos os grupos de idosos – são 65 idosos hoje atendidos pela Pequena Casa, os quais também recebem cestas básicas e outros tipos de auxílios; temos várias outras oficinas também e projetos que acontecem ao longo de um tempo determinado, com a ideia de sempre ajudar e oportunizar o desenvolvimento social.

Hoje, a Pequena Casa da Criança – como eu disse, apesar do nome, ela é bem grande – tem muitas atividades e oferece muitas formas diferentes de capacitações, mas ela ainda precisa de espaço. Os primeiros anos da escola e educação infantil são de turno integral, a gente oferece mais de 90% da nutrição que eles precisam, no dia, por ser uma das partes mais importantes também.

Recebemos, ao longo dos anos, muitos prêmios também. Em 2017 e 2019, a Pequena Casa foi reconhecida como uma das 100 melhores ONGs do Brasil pela revista Época e pelo Instituto Doar. Também recebemos várias outras edificações, que atestam a qualidade e o serviço oferecido pela instituição.

E a gente tem várias formas de ajudar, tanto gratuitamente, ou através de doações, como o Funcriança, em que tu podes dar até 6% do imposto de renda devido, como pessoa física, e 1%, se for como empresas. Também temos o Programa Nota Fiscal Gaúcha, que é um programa da Prefeitura através do governo estadual, em que a gente coloca o CPF na nota e conta pontos para ajudar a gente. Além disso, temos as contratações de jovens através de empresas. E a gente pede, hoje, ajuda, de alguma forma, se for possível, a todos vocês. Se ficarem com vontade, e se for possível, a gente precisa muito, porque os contratos e convênios que a gente tem não conseguem manter tudo, como aquele alimento a mais que a gente dá, aquele material a mais, aquela capacitação extra, e para as reformas que são feitas. A gente tem uma parceria com a SMED, na nossa escola, com a FASC, para o Serviço de Abordagem Social e Ação Rua e no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, mas toda a parte de estrutura é com a gente. Então, a gente precisa sempre de ajuda, para manter, para ampliar o espaço. Recebemos, agora, perto do nosso aniversário de 65 anos, no dia 15 de agosto, a doação do terreno do lado, para a gente poder ampliar a estrutura, lá na Vila Maria da Conceição, mas a gente precisa de ajuda para montar as salas, para colocar os materiais, para atender a criançada, para fazer algumas reformas também, para criar as estruturas físicas de espaços que a gente precisa.

E eu também aproveito para convidar todos vocês para visitarem a Pequena Casa da Criança, conhecerem de perto como é esse trabalho, para verem que, realmente ajuda muita gente: são 503 famílias da comunidade atendidas; são 1.500 refeições servidas diariamente; são 800 crianças, jovens e idosos atendidos diariamente também. Então, é um trabalho bem sério, bem importante para comunidade, que conta muito com ajuda, a qual faz toda a diferença, para a gente poder ampliar os nossos atendimentos, inclusive, ajudando ainda mais as famílias e os nossos atendidos.

A gente tem a ideia de ampliar a nossa escola. Porque hoje ela é feita num formato de parceria público-privada na educação infantil até o quinto ano do ensino

fundamental, e, com todas as parcerias que a gente consegue, voluntariado, doações, por meio de empresas e pessoas, a gente consegue complementar isso e dar uma qualidade muito boa. Então, a gente tem um sonho muito grande de poder fazer com que as crianças possam terminar pelo menos o ensino fundamental com a gente, oferecendo ainda mais possibilidades para elas. Gostaríamos de ampliar também o nosso turno integral, que a gente sabe que é tão importante, porque as famílias, as mães, elas necessitam que as crianças fiquem, nesse tempo, dentro da escola, tendo as refeições todas do dia, o café da manhã, o almoço, o lanche e a janta, para garantir a nutrição delas.

Então, fica o convite a todos que estão aqui para visitar, para nos ajudar, se possível. Também quem está nos assistindo fica convidado para entrar em contato. Nosso *site* é pequenacasa.org.br, estamos muito presentes também nas redes sociais, no Facebook, no Instagram – @ongpequenacasa –, onde tem bastante informações, dados, contatos, e possibilidades de ajudar de várias formas.

Então, agradeço, em nome de todos, pela oportunidade de estar aqui falando um pouquinho sobre a Pequena Casa da Criança, e, em nome da Irmã Pierina, também, desejamos que todos sejam abençoados e que Deus possa conceder tudo de bom para todos nós. Obrigado pela oportunidade.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Giovani, eu te convido a sentar junto conosco, aqui, por gentileza.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Presidente; Giovani, eu quero cumprimentá-lo e, em seu nome, todos os dirigentes da Pequena Casa da Criança. Eu tive oportunidade de conhecê-la, gosto de ajudá-la, conheci a Irmã Nely Capuzzo, inclusive quando foi diretora-presidente da FEBEM – antiga FEBEM. Ela tem um trabalho magnífico na história de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul. Por coincidência, Giovani, o ano de 1956 foi o ano em que também eu nasci, eu tenho 65 anos, a mesma idade da Pequena Casa da Criança. E nasceu como pequena, Presidente Márcio, nasceu pequena, e ela é muito grande, mas ela não é grande apenas fisicamente, do ponto de vista da estrutura, ela precisa de muita ajuda, ela é grande nos seus propósitos. Então, quero lhe deixar os nossos cumprimentos, dizer que estamos à disposição e que certamente vamos ajudar a Pequena Casa da Criança aqui de Porto Alegre. Conte conosco. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Quero cumprimentar o representante da Pequena Casa da Criança, que foi fundada em 1956, é bom que se registre, pela Irmã Nely Capuzzo, da Congregação Missionárias de Jesus Crucificado. E quero também reforçar a todos os vereadores que a entidade pode receber emendas impositivas, porque já tem um convênio com a Prefeitura e tem vários projetos importantes, projetos sérios. Nós estivemos lá conhecendo alguns, e quero cumprimentá-los por esse trabalho que seja continuado tendo em vista a sua trajetória, tantas pessoas atendidas, 800 pessoas, entre crianças, adolescentes e idosos. Parabéns a vocês.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente, queria, em nome da bancada do PT, saudar aqui o nosso amigo Giovani Pasin Bergamasch, seja bem-vindo. E estava ouvindo atentamente o trabalho iniciado para a Irmã Nely, há 65 anos, e que agora tem a Irmã Pierina, muito conhecida inclusive pela sua ousadia, carinho e compreensão não só com os moradores da região, mas, acima de tudo, enfrentando o dia a dia não só da violência, mas tentando absorver, acolher, principalmente as crianças e os adolescentes. Nobre Giovani, você fala de um projeto de ampliação, de poder dar segurança a essas mais de mil refeições diárias, mais de 503 famílias sendo atendidas, mais de 350 crianças sendo atendidas, e a gente sabe que, a cada ano, essa demanda, em vez de diminuir, ela aumenta. Muitas vezes o poder público, ao menos é o que nós ouvimos aqui, tem dificuldade de atender essa demanda, em tese, e a maior parte das creches ou educação infantil, tem 200, 300 crianças na fila aguardando uma possibilidade. E aqui nesta Casa, agora, nós estamos discutindo a LDO –Lei de Diretrizes Orçamentárias, que é a lei orçamentária, e também tem as emendas impositivas de cada vereador. Quando tu falas em ampliar essa possibilidade de espaço, nós, vereadores ou vereadoras, podemos destinar algo, desde que tenha uma previsibilidade. Você pode mandar uma cartinha para os vereadores, dizendo da previsibilidade do custo, aí você terá a simpatia e a segurança de alguns vereadores, conhecendo o trabalho da Irmã Pierina e de todos vocês – muitos ex-seminaristas, mandem um abraço para o Paulinho, meu nobre e grande amigo Paulinho, fomos seminaristas no Josefinos de Murialdo, quero mandar o meu abraço –, o trabalho muito especial que desenvolvem na Vila Conceição. Fica aqui, em nome da nossa bancada, um parabéns, que Deus dê força, saúde, alegria e compreensão para continuarem fazendo esse belo trabalho. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Kaká D'Ávila está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR KAKÁ D'ÁVILA (PSDB): Obrigado, Presidente, peço que o pessoal não repare, mas eu estou no quarto da minha filha, meu escritório, e não poderia ser um lugar melhor, ainda mais para falar da Pequena Casa da Criança, que são meus parceiros. Giovani, um abraço para ti, mano velho, como é bom te ver aqui! Quero dizer do trabalho lindo que a Pequena Casa da Criança faz, inclusive, já recebi até uma homenagem das crianças de lá, que guardo até hoje com muito orgulho. Convido os vereadores que ainda não conhecem para que conheçam o trabalho magnífico que faz a Pequena Casa da Criança. Hoje eu só estou aqui para agradecer por esse trabalho que vocês prestam a Porto Alegre, a todas as famílias que realmente necessitam. Fica o meu agradecimento em nome da bancada do PSDB. Parabéns pelo trabalho, e contem sempre com a gente. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Nobre Presidente; Giovani, representante da Pequena Casa; venho a esta Tribuna Popular saudar, em nome do PSOL, Partido Socialismo e Liberdade, a existência do trabalho de vocês lá em cima do Morro da Conceição. Tenho um carinho gigante por aquela comunidade, uma comunidade que é desassistida não só pela rede de educação e assistência social, mas por saneamento, segurança pública e política de moradia. Quem sobe o morro conhece bem aquela realidade difícil, morro que é basicamente composto por uma população negra. Já tive a oportunidade de conhecer o trabalho de vocês, nos colocamos à disposição enquanto Coletivo Alicerce, PSOL, mandato, tanto no debate das emendas impositivas, que eu acho que é uma alternativa dada ao Parlamento de Porto Alegre, para investir recursos diretamente nas áreas que a gente vê que têm um debate não só assistencial, mas que, principalmente, cumprem um papel político ali em cima no morro, quanto também fazer a pressão necessária no orçamento anual, na LOA, que a gente debate sempre no final do ano. O orçamento do Município é de R\$ 8 bilhões, e a necessidade de creche, de turno inverso, de Sase em Porto Alegre, é algo que aumentou muito, sobretudo, por causa da pandemia. Crianças em situação de rua, famílias inteiras morando na rua, a volta do trabalho infantil, isso é uma realidade do Morro da Conceição. Quero agradecer por vocês terem vindo aqui trazer essa demanda. Vamos trocar contatos, para seguir fazendo essa visita, e, no final do ano, a gente organiza esse debate político. Quem sabe a gente vai poder lotar esta Casa com os moradores da comunidade, para reivindicar a parte que eles têm direito no orçamento? Eu acho que é essa a justiça social que a gente defende. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Boa tarde, sejam muito bem-vindos, é uma alegria tê-los aqui. Falo, primeiramente, como educadora social que, por muito tempo, atuou na Ação Rua, que eu sei que também é executada pela Pequena Casa. É mais do que necessário uma instituição da grandeza e da potencialidade da Pequena Casa aqui neste espaço, para demonstrar que justiça social e segurança, principalmente, segurança alimentar para crianças, adolescentes e adultos em situação de vulnerabilidade se faz com ação. Venho, em nome da bancada do PCdoB, saudar os 65 anos e também nos colocar à disposição. Mais uma vez ressalto, como educadora social, que sei da importância e da relevância do trabalho de vocês no território. Um enorme abraço.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, Presidente, colegas vereadores, Giovanni; quero dizer que, por três anos, comandi a área do 19º Batalhão, onde a Pequena Casa da Criança está inserida, ali no Morro Maria da Conceição. Sei muito das necessidades e sei que o 19º Batalhão faz um excelente trabalho de segurança pública, dando proteção para essa casa, que tanto acolhe crianças e que é tão importante para esses pequenos. Levem à Irmã Pierina um abraço nosso, continuem trabalhando com muito ardor, com muito amor para essas crianças. Tenham, nesta Casa, um porto seguro, para que possam aqui trazer as suas demandas, para que os vereadores possam auxiliar aqueles que mais necessitam. Vida longa à Pequena Casa da Criança! Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Convido o Sr. Giovanni e os demais vereadores para um registro fotográfico. Estão suspensos os trabalhos por dois minutos.

(Procede-se ao registro fotográfico.)

(Suspendem-se os trabalhos às 15h56min.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 15h58min): Estão reabertos os trabalhos. Agradecemos a presença do Sr. Giovanni Pasin Bergamaschi e

demais integrantes da Pequena Casa da Criança, que abrilhantaram os trabalhos da nossa tarde, apresentando os projetos da entidade.

O Ver. Pedro está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Prezado Presidente Márcio Bins Ely, vereadoras, vereadores e público que nos assiste nas galerias e na TVCâmara; o que me traz a esta tribuna no dia de hoje, Presidente, é um comentário, na verdade, são dois, e ambos dizem respeito ao PSDB. Ambos, Ver. Oliboni, dizem respeito ao governador Eduardo Leite, governador do Estado, a quem eu e meu partido, o PSOL, fazemos oposição, a quem tanto o PSOL quanto o PT quanto o PCdoB fazem oposição. Mas uma coisa, Presidente, é fazermos oposição com a espada limpa, com elegância, com a forma tradicional do Rio Grande de fazer os enfrentamentos políticos; outra coisa é esse cidadão do nível mais baixo que já existiu na política do Brasil, este senhor chamado Bolsonaro, que vem ao Rio Grande – é inacreditável isso –, na sua postura histórica, que é misógina, que é homofóbica, que é uma postura discriminatória, racista, porque ele é um fascista, e faz uma piada de extremo mau gosto, Presidente – me dirijo aqui em solidariedade à bancada do PSDB da Casa –, mas de extremo mau gosto. Ele recebe, o Presidente Bolsonaro, uma cesta de produtos coloniais e manda oferecerem um salame ao governador Eduardo Leite. Está hoje nos jornais, particularmente na página da jornalista Rosane de Oliveira, na Zero Hora. É inacreditável o baixo nível. Repito: misógino, porque ele odeia mulheres; homofóbico, porque odeia gays; racista, porque odeia negros e índios; fascista, porque promove a morte no Brasil. Mas ele diz com todas as letras e para muitos representantes da imprensa, mulheres na maioria, essa barbaridade em relação ao governador do Rio Grande do Sul. Nós podemos divergir, como divergimos, combatemos o Sr. Eduardo Leite, a privatização da Corsan, do Bannrisul, da CEEE, da Sulgás, mas as coisas têm um nível, Ver.^a Mônica Leal, tem que ter nível, e V. Exa. preza isso. Cansamos de divergir e somos grandes amigos. E eu tenho orgulho disso, Ver.^a Mônica Leal, tenho orgulho. Agora o Presidente da República vir dizer que o salame era para o governador Eduardo Leite? É o fim da picada, é inacreditável! Fica aqui um veemente protesto quanto a este Presidente, que não representa nada nem ninguém e que só nos envergonha, só nos envergonha. Por outro lado, Ver. Márcio Bins Ely, que preside a Casa, também em relação ao governador Eduardo Leite, a quem fazemos dura e forte oposição, eu quero dizer que o prefeito de Porto Alegre foi extremamente infeliz, porque ele aproveitou o evento da Expointer – o prefeito Sebastião Melo –, e mandou as fotos da Expointer para o governador Leite, pedindo a liberação geral dos eventos em Porto Alegre, afinal de contas, tinha ocorrido a Expointer. Ora, em primeiro lugar, ninguém está dizendo que foi certo acontecer a Expointer, Ver. Radde. Do meu ponto de vista, foi um erro, um erro porque promoveu aglomeração, portanto, doença, infecção e morte. Um erro não justifica o outro, um erro mais outro erro não fazem um acerto. A liberação geral que o prefeito Melo, negacionista e bolsonarista, tenta sempre emplacar, agora pressionando quase ao nível da chantagem o próprio governador do Estado, porque houve a

Expointer, não se admite. Não se admite! Se houve aglomeração lá, e houve, e é um erro, não pode haver outras. Como liberação geral dos eventos? Como assim estádios cheios, templos lotados, tudo liberado? Liberação geral, também na Zero Hora, também na página da ilustre jornalista Rosane de Oliveira, a informação da posição oportunista antiPorto Alegre do prefeito Melo, exigindo do governador Eduardo Leite, por conta da Expointer, que faça a liberação geral dos eventos na capital. Esses registros, Presidente, eu gostaria de fazer. Em ambos há uma coincidência. Eu gostaria muito de ver, Ver. Matheus Gomes, a posição dos vereadores do PSDB desta Casa, porque S. Exa., o governador do Estado, a quem nós fazemos oposição, foi duramente atacado, primeiro, pelo Presidente Bolsonaro, no nível mais baixo possível e, depois, com a medida oportunista do prefeito Sebastião Melo querendo liberar tudo. Fica aqui o nosso protesto e a nossa solidariedade à bancada do PSDB neste momento tão duro. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Presidente, todos os colegas; hoje estou remotamente, eu tinha me inscrito antes mesmo do Ver. Pedro Ruas fazer as suas indagações completamente corretas. Eu fiz uma manifestação pública num programa de rádio, nesse final de semana, sobre um posicionamento partidário em nível nacional que o PSDB tomou. Foi a decisão de não estar mais próximo, aliado ou apoiando um presidente que incita a raiva, incita a polarização, um presidente que incita o não cumprimento judicial. A decisão partidária do PSDB foi tomada em reunião da executiva nacional. Nós não poderíamos continuar sem dar uma declaração, e o posicionamento partidário daqueles que seguem e respeitam o partido é de estarmos hoje na oposição a este governo. O comportamento de um Presidente da República não pode sequer ser próximo ao que o Presidente da República tem tomado publicamente. E vou além, sei que nesta parte alguns vereadores não vão concordar: na minha opinião, são duas faces de uma mesma moeda, se retroalimenta; a raiva e a polarização desse País levam a crer que um parece que depende do outro, e eu não aceito a bitolação de não procurarmos uma alternativa. Eu acredito que precisamos encontrar uma alternativa ao que está posto aí. Então eu quero deixar muito claro que é um absurdo, é um desrespeito, e não é um desrespeito porque o governador Eduardo Leite é do PSDB, seria um desrespeito a qualquer governador. Um dia, nesta tribuna, quando tivemos o nosso plenário invadido, eu disse para a ex-Ver.^a Sofia, que inclusive agora está no Parlamento Estadual, que se ela estivesse na tribuna ela também teria ido lá evitar qualquer tipo de agressão, como fiz quando era o colega Janta que estava na tribuna. Existe um respeito à democracia, às instâncias democráticas, ao estado democrático de direito, que estão sendo esculachadas por Jair Bolsonaro – esculachadas! Eu quero deixar muito claro que tenho orgulho do posicionamento do governador Eduardo Leite,

de ter falado o que falou nas manifestações, que alguns aqui também achincalharam e zombaram. Eu posso fazer uma crítica construtiva, que a maioria silenciosa deste País não vai às ruas, mas se 25% foi às ruas para manifestar a defesa do presidente, se outros 25% foram às ruas defender a oposição ou uma oposição mais radical, eu, particularmente, estou com 50% da população brasileira, que é a maioria silenciosa. Infelizmente, é silenciosa ainda, mas eu não aceito nenhum tipo de manifestação preconceituosa, vulgar, deste cidadão, se é que se pode ser chamado assim, que ocupa hoje o Palácio do Planalto. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Registramos a presença do secretário Cassio Trogildo; boa tarde, secretário, seja bem-vindo.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, Ver. Márcio Bins Ely, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde; eu estava aqui observando os colegas vereadores e vereadoras se pronunciarem, principalmente no período de liderança, e eu ainda não fui convencido da tamanha ousadia que o governo está usando para votação de projetos em nível de urgência aqui na Câmara Municipal de Porto Alegre. Em 10 dias, o governo extinguiu, que vai acontecer no período de 3 a 4 anos, mais de 5 mil empregos – 5.500! E no último projeto de lei votado aqui no plenário, na semana passada, a comissão que estava representando os trabalhadores da Carris ou rodoviários, tamanha indignação, tamanha decepção com a política, começaram a chorar aqui no plenário – tamanha indignação e decepção com a política. Muitos dos colegas vereadores e vereadoras foram lá na porta da Carris pedir voto, foram visitar as famílias dos cobradores, dos motoristas, porque eles não são só de um bairro, são de toda a cidade. Muitos vereadores se licenciaram para não votar contra o projeto de lei, usaram a prerrogativa de "vou me retirar para não votar favoravelmente". Quem foi que nos escolheu para estarmos aqui? Foi a população que hoje cobra dos vereadores e vereadoras coerência, cobra também do governo municipal coerência pelo que disse na eleição e depois mudou em vários momentos, mas o que nos causa indignação, Cecchim, eu acho que V. Exa. acompanhou, é que no dia seguinte, Ver.^a Mônica, apareceram dois novos CCs na Carris – um do PSD e um do DEM. E aí todos os trabalhadores queriam saber: "Mas é troca de voto? O que que é?" Dá uma impressão. Nós podemos dizer que é troca-troca. Isso que é ruim para política, nos cheira uma enorme indignação. Eu faço questão de salientar aqui, porque talvez o amorismo na política é tão grande e tão adverso, que, lamentavelmente, esse caso nos revolta, mas nos revolta tanto, que dá uma impressão que alguém está aqui na Câmara para poder exigir algo em contrapartida. Eu acho que a política tem que ter muito mais coerência, muito mais lógica, tem que ser muito mais trabalhada para poder não ficar no achismo ou na ideia de que "bom, eu sou do governo, eu ainda não estou contemplado, eu vou exigir, então, votando nesse projeto de lei, algo para o meu partido ou para o

meu núcleo político ou até mesmo para quem está do lado de cá." Nós, da oposição, condenamos isso, e eu creio que qualquer cidadão está condenando o troca-troca na política, porque enquanto existir o troca-troca, não há coerência, não há como ter coerência na política. Quando nós apertamos aquele botão, nós temos que saber por que estamos apertando favoravelmente, contrariamente ou se vamos nos abster. É isso que nos deixa indignados, porque ali fora o cidadão e a cidadã sabem como os vereadores daqui votam, os comprometidos com o atual governo; muitas vezes não é com esse troca-troca, é por uma outra razão, mas quando acontece, no dia seguinte, algo que é claro para nós, é claro para nós... Mas olha a ingenuidade, Ver. Ruas, na mesma empresa em que foi autorizada a liquidação, vão dois novos CCs no dia seguinte. Isso é mais que um escárnio, isso um gesto de tamanha ingenuidade na política que nos indigna todo dia. Por favor, vamos ter coerência com a ética com a transparência e vamos demonstrar que ali estavam 2 mil servidores chorando, aqui com sua representação, por que vão perder seus empregos, mas para eles nada, e para os amigos do rei, tudo, inclusive os CCs no dia seguinte. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Presidente, senhoras e senhores vereadores; Ver. Oliboni, V. Exa. tem todo o direito aqui de fazer conjecturas, o senhor é um vereador de oposição e pode até interpretar, a Mãe Dináh interpretava olhando um bojo, uma coisa redonda; o outro, Trovão não sei do quê, interpretava o barulho das matas, e V. Exa. interpreta os CCs, no outro dia da votação. Quero fazer um raciocínio com vossa excelência: o senhor foi muito bem quando disse que teve um cargo do PSD e um cargo do DEM. Certamente, os vereadores, as vereadoras do DEM e do PSD não votariam por um, por dois ou por quantos cargos fossem necessários, até porque, fazendo as contas, Ver.^a Mônica Leal, 23 votos, sobraram quatro votos. Não foram pelos CCs que se fez essa votação, se fez essa votação de 23 votos por convicção. Eu acho que V. Exa. tem todo o direito de chorar sobre o leite derramado, tem o direito de falar do IMESF, por exemplo, todas as vezes; o IMESF já foi, foi o vosso partido, inclusive, que ajudou a derrubar essa lei, a derrubar e a demitir essas pessoas do IMESF, o sindicato assinou isso. O próprio sindicato fez a ação que acabou no Supremo, que acabou extinguindo o IMESF; não foi a Prefeitura que entrou, não lembro em qual governo foi, se for na época do Fortunati ou depois, mas entraram na justiça partidos da oposição. A oposição liquidou com o IMESF, liquidou, fez essas pessoas perderem o emprego. E agora, para tentar se recuperar, querem que o prefeito faça uma coisa que já está batido o martelo. Muitos desses funcionários estão trabalhando nessas empresas que estão prestando um grande serviço. Eu faço um desafio a vossa excelência: vai aos postos, onde estão essas pessoas e pergunte se eles querem que volte o IMESF. Não querem, eles querem que fique essas

entidades que estão trabalhando, só quem quer que volte é vossa excelência, alguns vereadores e os sindicatos. Só! A população não quer. Então nós precisamos ter muito cuidado quando a gente faz ilações, quando se faz calúnias, porque elas não condizem com a realidade. Essa, dessa votação da Carris, me desculpe, mas é um argumento muito fraco, porque tinham muitos, quatro votos a mais do que era necessário. Então vamos devagar com o andor, que o santo é de barro. O aleijadinho fazia esculturas de barro e eram muito bonitas. As esculturas são bonitas, vereadora, minha cara vice-líder Comandante Nádia; Subir na tribuna e falar de CC do DEM, de CC do PSD, no mínimo é falta de informação e de fazer contas de matemática. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Presidente Márcio, colegas vereadores, vereadoras, pessoas que nos assistem; eu utilizo esta tribuna, Ver. Oliboni, para justamente falar com o senhor a respeito da sua manifestação. Somos amigos há longa data, em que pese temos siglas diferentes, nossas ideias políticas não convergem, mas sempre nos entendemos muito bem, eu tenho um especial carinho pelo senhor. Acho que é muito importante, penso que é muito importante fazer um esclarecimento aqui com um simples exemplo: quando eu fui Presidente desta Casa, veio para cá, para votarmos, a questão dos cobradores, Eu não só votei contra, como me manifestei, todos lembram, e, por uma questão de convicção, de coerência, eu também votei contra agora, e eu sou do governo, eu sou base do governo, e eu nem sequer falei com o Melo, com o prefeito, porque quem me conhece sabe que não é porque eu estou num governo, que eu faço parte de um governo ou porque eu indiquei alguém, que eu vou mudar o meu voto, não existe a menor possibilidade. Isso mostra o perfil do prefeito. O prefeito Sebastião Melo, que foi nosso colega nesta Casa, como vereador, jamais exigiria que qualquer um de nós votássemos por uma questão de indicação de algum cargo no governo, ou faria uma retaliação. Eu sei muito bem que tem pessoas que não votaram, que não estão votando com o prefeito, e eu nunca vi nenhuma manifestação, nem em sala fechada, da base do governo, tampouco do líder do governo ou da vice-líder do governo de uma manifestação dessa. Então, Ver. Aldacir Oliboni, eu quero lhe dizer, com toda a tranquilidade, que eu votei contra a extinção do cargo dos cobradores porque eu acredito que um cadeirante, uma pessoa com problema da visão, um idoso precisa daquele auxílio e eu não vejo uma solução para isso. Mas eu acredito que os meus colegas que votaram a favor, que eu não concordo, mas respeito, têm outra visão e, nas maiores capitais, isso já acontece e, infelizmente, desemprega muita gente. Hoje entrei em contato com Salvador, para saber de que forma eles conseguiram baixar a passagem e, casualmente, uma pessoa que eu conheço está dirigindo esse projeto e ficou de me enviar para eu levar para o Prefeito Sebastião Melo.

Sobre esses novos cargos, vereador, dois novos CCs, PSD e DEM, eu me atrevo a dizer, sem nenhum consentimento do prefeito e do líder e da vice-líder – observação, jornalista tem muito disso, eu observo muito –, que, nesse aspecto de indicações, da entrada no governo é muito lento e por isso que entraram mais dois nesta semana, que, na minha opinião, já deveriam ter entrado. Eu entendi que o Sebastião Melo, nosso prefeito, tem uma exigência, e não deixo de dar razão por esse aspecto, ele quer um currículo, ele quer o profissional capacitado para indicar para determinada área, não basta só indicar para ocupar, não. Eu sei porque eu o indiquei, quem eu indiquei estava devidamente qualificado para aquela área. Isso demora muito e, inclusive, me incomoda não só nesse aspecto, algumas coisas me incomodam, porque leva tempo, é burocracia, é o fluxo. Então, eu me sinto na obrigação, querido Ver. Aldacir Oliboni, pelo carinho que eu tenho pelo senhor, por tudo que eu acompanhei, pela perda que o senhor passou, eu estive junto, o abracei, quero dizer que eu tenho certeza que não é essa a intenção do governo Melo, do Prefeito Melo, eu ousar dizer, assino em baixo inclusive, porque conheço o Melo há muito tempo, que essas pessoas entraram, com toda certeza, na demora do tal do DOPA, do decreto. Então, fique tranquilo, não é troca de voto por cargo desses partidos, pelo que eu sei. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Eu quero fazer, não sei se é pretensão minha, um apanhado do que foi dito até agora. Realmente, a atitude que nós vimos, nesse final de semana, na maior feira de agronegócio do Rio Grande do Sul, uma das maiores do Brasil, é uma atitude que não condiz com um ente político, não condiz com vereador, não condiz com deputado, quem dera com Presidente da República, uma atitude preconceituosa, uma atitude homofóbica, uma atitude semelhante a essa levou um deputado a pagar multas, agora mesmo nós temos o presidente do PTB também saiu uma multa. Isso não é contra o governador, isso é contra toda pessoa que tem o seu direito de ter a sua opção sexual, que tem o seu direito de ter o seu credo, tem o seu direito de ter o seu trabalho. Isso é inadmissível, nós estamos propondo até uma moção de retratação do Presidente da República porque ele não atingiu o Governador Eduardo Leite, ele atingiu todo o povo do Rio Grande do Sul. Isso é como algum país dizer que o nosso presidente é louco, nós podemos chamar o nosso presidente de louco, agora ninguém mais pode chamar. Então, isso é uma completa falta de respeito, uma falta de sensibilidade de alguém que está na frente de uma Nação como o Brasil, uma Nação livre de credo, onde todas as pessoas são acolhidas, imigrantes que aqui chegaram, que aqui chegam. Então, isso não condiz com a postura da nossa Nação.

A respeito dos movimentos, seja do dia 7 de setembro, seja do último domingo, dia 12, eu faço coro ao Ver. Moisés Barboza. O pouco tempo que eu estou na política, o pouco tempo que eu estou na vida pública, eu me assustaria mais com o

movimento que não teve, eu me assustaria mais com as pessoas que estão caladas, eu me assustaria mais com as pessoas que estão indo pagar um botijão de gás a R\$ 105,00, as pessoas que estão pagando um absurdo a conta de luz, o litro da gasolina a mais de R\$ 6,00, eu me assustaria com essas pessoas que estão quietas, mas estão olhando e observando. Eu acredito que o movimento de ontem foi um movimento que tem que olhar com outros olhos, como tudo, quando é sólido, inicia pequeno; tudo, quando é sólido, inicia devagarinho. Eu acredito que o movimento de ontem juntou alguns polos, tem várias pessoas questionando o Amadeu junto com a Força Sindical. Capital e trabalho, no nosso entendimento, sempre andaram juntos: tem que ter o capital, tem que ter o trabalho; tem que ter o trabalho, tem que ter o capital. O que não pode andar junto é o capital especulativo, agora o capital que investe, que gera renda, que gera emprego, que abre as divisas, esse capital precisa de nós e nós precisamos dele. Então, não tem por que não andar juntos, já que nós estamos com uma inflação galopante, estamos com uma recessão, várias indústrias passando dificuldades, várias empresas do comércio e serviços passando dificuldades, não tem por que não estar junto reivindicando vários pontos que nos une, principalmente ampliação de emprego, ampliação de renda, fortalecimento da indústria nacional.

Sobre a questão do Ver. Aldacir Oliboni. Ver. Aldacir Oliboni, todo respeito que eu tenho, o senhor é um amigo meu, temos um respeito mútuo, se gosta, agora o senhor devia ter feito essa proposta quando o senhor foi deputado estadual para começar. Eu estou tranquilo, eu votei na questão dos cobradores, dizer que são cinco mil cobradores, não são cinco mil em Porto Alegre. Eu e a Ver.^a Mônica Leal fizemos uma emenda, na outra oportunidade, eu não votei a favor do projeto porque o prefeito Marchezan não quis criar uma emenda dizendo que a população de Porto Alegre precisa do segundo condutor, as pessoas deficientes, as pessoas idosas, as crianças, as pessoas que entram no ônibus pedem informação, as pessoas precisam de um segundo condutor. Nós não podemos ter, como o seu governo fez, que liberou direto a automação dos aeroportos, liberou direto a automação dos bancos, liberou direto a automação dos estacionamentos, e eu não ouvi nenhum grito seu, nenhum levante porque era o seu governo. Por favor, hoje nós estamos automatizados no sistema de transporte, as pessoas podem pagar passagem até pelo Pix, podem pagar passagem por telefone, podem pagar passagem por qualquer coisa, e, aí, o senhor vem me dizer que é por causa de cargo ou de não cargo. Olha, o senhor tem que rever um pouco a posição de vários membros desta Casa, com vários governos que não foi cargo, foi convicção das coisas. Nós estamos convictos que precisamos de R\$ 6 milhões mensais para gerar políticas públicas para as pessoas na saúde, na educação, na assistência social. E outra coisa, os funcionários da Carris podem disputar a Carris agora, coloquem no papel, façam uma proposta, vão ter vários editas, façam uma proposta. Agora, nós não podemos estar tirando R\$ 6 milhões mensalmente dos cofres públicos que poderiam estar ajudando na habitação, poderiam estar ajudando no saneamento, poderiam estar ajudando no acolhimento das pessoas de rua, poderiam estar ampliando os postos de saúde, as creches que nós estamos com a demanda muito grande de vagas. Então, acho que é isso

que nós estamos fazendo, dando um ajuste no que é necessário. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Passamos à

PAUTA ESPECIAL - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/10 minutos/com aparte)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0826/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 022/21, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022. **(SEI 118.00250/2021-56)**

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que nos assiste pelas redes da Câmara; cidadãos e cidadãs atentos ao debate da política municipal; colegas vereadores e vereadoras presentes no plenário e também de forma virtual, venho a esta tribuna para debater a LDO, o Orçamento, o dinheiro do povo, para onde vai o dinheiro do povo. O cidadão quer sempre saber, ele pergunta: afinal, o que faz o governo municipal com tamanha arrecadação de impostos, R\$ 22 milhões diariamente entram no cofre do Prefeito Melo. Cofre do Prefeito Melo, uso essa expressão porque, na verdade, ele está sentado em cima do dinheiro do povo, o dinheiro do povo não se desenvolve em política pública neste Município. Não. Onde está a educação? Está no jornal hoje, uma página inteira, que mais de 4.600 crianças, entre 4 e 5 anos de idade, estão fora da escola, fora da escola, mesmo a Prefeitura tendo uma arrecadação milionária, R\$ 22 milhões diariamente e mantém 4.600 crianças fora da educação infantil. Isso é um desrespeito, isso é uma desonestidade para quem ofereceu um programa de governo em novembro do ano passado, ganhou a eleição e até agora nada, é um escândalo, as mães querem trabalhar e não há política de educação no Município. Não há intenção de encerrar esse déficit, o governo está de braços cruzados, a intenção do governo é extinguir cargo de cobrador, vender empresa pública como fez com a Carris, sequestrar empregos, isso foi o que aconteceu. Podem vir nesta tribuna e dizer A, B, C, tentar contar a sua historinha de que o modelo está falido, de que os empresários, coitados, precisam que tenha menos servidor, menos trabalhador, eles não aguentam mais o cobrador, que o cobrador não serve para nada. O transporte não vai mudar, cidadãos, vocês sabem disso, porque não tem uma política real, pública para o transporte, não tem uma intenção para com vocês que pegam o busão na Restinga, o Rubem Berta no terminal Parobé, não tem. Eles não se importam com quem usa

transporte público. O processo deles para a cidade é vender, é privatizar e o dinheiro dos impostos é um dinheiro robusto, é muito grana, não gera saneamento. Choveu, agora está chovendo de novo, na semana passada choveu e alagou Ponta Grossa, Belém Novo, Lami, Sarandi, entre outras comunidades, até o Teresópolis está alagando, que não alagava, porque não tem uma política real de saneamento. O plano municipal de saneamento está na gaveta, eles não implementam, e agora vamos discutir a LDO, para onde vai o dinheiro. Não adianta, eles programam todos os anos, eles não têm compromisso com o povo trabalhador. Olhem o que eles fizeram aqui recentemente, eles entregaram bilhões de reais para os sonegadores, os sonegadores ficaram devendo para o erário, e eles trouxeram o projeto aqui depois de 10, 15 anos de novo para salvar, Ver. Pedro Ruas, os sonegadores. Se um sonegador está naufragando, seu barquinho está afundando, vem o neoliberalismo, o MDB, o PSDB, e salvam aquele sonegador. Foi isso que eles fizeram aqui com o projeto de lei. Agora, se uma mãe procura uma vaga para criança na SMED, que tem 4.600 mães procurando, a porta está fechada, Ver. Aldacir Oliboni, está fechada para a mãe trabalhadora, eles não se importam que as crianças, mesmo na legislação, tendo a garantia a educação como direito, obrigação do Estado, dever de 4 a 17 anos dar educação obrigatória. Eles leem isso e viram a página, porque o que importa para eles é o que foi dito aqui, os CCs que são nomeados. O PSD e o DEM nomearam os CCs no último período e, coincidentemente, esses partidos vieram aqui e votaram pelo fim da Carris pública, votaram pelo fim de mais de dois mil cargos, vagas, empregos de cobradores; onde está o povo na LDO? Esse é o questionamento deste vereador. Se não tem política real, eles não implementam. Quais foram os projetos, os programas – não tem nesta cidade um programa de Habitação de Interesse Social, não tem nesta cidade a implementação de um programa para encerrar com esse déficit horroroso! Nós temos 300 mil pessoas que são o público-alvo da Habitação de Interesse Social, e o que faz essa secretaria criada? De braços cruzados, quatro, oito meses, não apresentou nada! Vai encerrar o primeiro ano de mandato, e o povo que não tem onde morar não tem um projeto. E o povo que mora precariamente não tem projeto de saneamento; e o povo, até mesmo o que tem saneamento não tem as vagas nas creches. Ah, mas para alguém na cidade falta tudo? Falta, principalmente para quem mora na periferia – falta transporte, saneamento, habitação, saúde. A saúde, o governo anterior fechou 11 postos de saúde até agora – esse que aí veio dizendo que ia melhorar, que ia fazer e acontecer, mantém os postos fechados. Ali, na Tronco, está fechado o posto; na Orfanatórfio, está fechado o posto; na Mato Sampaio, está fechado o posto. Por favor, prefeito, menos retórica, mais trabalho. Não adianta o senhor ficar botando foto que está entregando certificado de prefeito de praça aqui, prefeito de praça ali – eu recebi hoje fotos de praças afundando em alagamento, afundando em falta de estrutura para a população usá-las para recreação. O que adianta... O prefeito Melo foi eleito, tem o vice-prefeito; agora, começam a terceirizar as praças, entregando o cargo. Agora tem o prefeito de praça; daqui a pouco tem prefeito de escola, tem o prefeito de posto de saúde, tem o subprefeito do lugar tal; trabalho que é bom, não se vê! Para que tanto secretário, tanto adjunto? Está faltando trabalho, labuta, lutar pelo povo, acordar cedo. O senhor dizia: "Vou acordar cedo e dormir tarde." Pois não estou vendo o seu

governo acordar, ainda não acordou para os problemas reais desta Porto Alegre que paga muito caro. Quero reiterar aqui o que eu falava anteriormente, Presidente: R\$ 22 milhões diariamente entram nos cofres, e não constrói uma escola nova, não entrega um posto de saúde novo. Está aí, a Av. Oscar Pereira não tem um projeto de duplicação; a Av. Edgar Pires precisa ser duplicada, não tem o projeto, nem de alargamento, nem um quilômetro. Prefeito, faz uma política para o povo, bota na LDO o alargamento, pelo menos de um trecho, da Av. Oscar Pereira, da Av. Edgar Pires, desobstruir o trânsito, faz alguma coisa, pelo menos, para quem precisa ir e vir na cidade, que fica trancado no trânsito – dá uma hora e meia para a pessoa, de carro, ir para a Zona Sul. O que é isso? A última grande obra de mobilidade urbana desta capital, na Zona Sul, foi a duplicação da Av. Juca Batista, no governo da Frente Popular, do PT, sua coligação. Foi o PT que olhou para a Zona Sul, usou o orçamento do Município para fazer política pública de mobilidade urbana. Está faltando isso, tchê! Vamos trabalhar; secretário Záchia, por favor, o senhor vai à reunião, vai à reunião, fala que vai solucionar, que vai construir e não constrói, chama a cidade para uma discussão, Orçamento Participativo, democraticamente, para ouvir as demandas. Está tudo pipocando; eu só vejo desfile, desfile, desfile: todo dia, segunda e quarta-feira, os secretários estão aqui. Por favor, secretários, mandem os assessores para cá e vão para prefeitura fazer projeto para mudar a política, para que o orçamento se transforme em política pública. Hoje, mesmo, tem secretários aqui. É escandaloso! É escandaloso o comportamento do governo que não olha para o povo sofrido; tem que olhar. A LDO tem que ser política pública; parar de dar passeios pela cidade e construir com o povo. É triste ver que as pessoas não têm a intenção de construir, gente! É eleição por eleição; agora, já vão embarcar na próxima eleição, é isso. Estão tirando foto, fazendo articulação – tem gente que não aparece aqui, não aparece aqui no plenário. Com todo respeito a quem não aparece aqui porque não pode aparecer, mas tem gente que não aparece aqui porque não está fazendo ação pelo povo. Nós precisamos que o governo trabalhe – esta é a palavra, só peço isso. Eu sou oposição, mas a LDO não pode ser um papel, tem que ter uma política pública por trás, um programa, geração de empregos. Prefeito, onde ficarão esses empregos que o senhor, numa canetada, fez um projeto de lei e mandou cá, e está encerrando com os cargos de cobrador? Onde o senhor vai criar novos empregos? Onde está o programa de reabilitação, onde está? A caneta só serve para destruir, não serve para construir, que caneta é essa que não olha para o povo sofrido, povo trabalhador? Eu peço a sua sensibilidade, prefeito Melo. Eu, sinceramente, olho a política há muito tempo, eu não conhecia esse Melo que estou vendo agora. O Melo está com a caneta de prefeito, não constrói emprego, as políticas estão paralisadas, é arrocho, retirada de direitos a todo momento! Nós precisamos de um prefeito que olhe para toda a cidade, não um prefeito que chegue nessa linha em que está o Presidente, um prefeito da linha do Presidente *fake news*, que é só bravata, só bravata, só bravata produz. Nós precisamos que se produza política pública, serviço público de qualidade. Tem que ter concurso! Para concluir, a minha solicitação aqui é que a LDO não seja só uma previsão, mas seja realmente a organização de uma intenção que vai se materializar. O povo está cansado de esperar! Nós não queremos mais esperar quatro anos para trocar de prefeito,

queremos que se implementem, realmente, políticas públicas para o povo que tem ausência; comece olhando para as 4.600 mães que estão pedindo vaga para criança de quatro a cinco anos, que é obrigatório por lei. Obrigado!

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Idenir Cecchim reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado, Ver. Cecchim. Eu queria, inclusive, comentar um pouco a sua própria fala, porque acho muito importante termos esse debate sobre o IMESF. Nós temos defendido a preservação do IMESF; de fato, agora, tivemos uma boa notícia, a partir da aprovação de uma emenda para o Plano Plurianual, que deixa claro o objetivo do governo, de reinstalar o IMESF. Então, me chama atenção a sua fala de que o IMESF terminou, porque, de fato, em primeiro lugar, o IMESF ainda não terminou, porque ele existe, é um fato que ele existe, está funcionando e é parte da administração do governo, da saúde do Município de Porto Alegre. Inclusive o próprio governo, agora, propôs esse Plano Plurianual, colocando a importância do fortalecimento do IMESF. Espero que o governo não recue dessa atitude sensata. Infelizmente, por causa dessa crise, 550 pessoas foram demitidas – nós queremos que elas sejam readmitidas. E sempre paira uma ameaça sobre muitos servidores; esperamos que esse ambiente seja tranquilizado e que possamos ter uma saúde pública, uma Atenção Básica em Porto Alegre pública e não privatizada, porque, inclusive, não é constitucional a privatização da Atenção Básica, razão pela qual, inclusive, o Ministério Público Estadual fez uma determinação para que o governo não continuasse esse plano de privatização da Atenção Básica. Então, esse é o primeiro ponto! É muito importante a defesa do IMESF, e nós vamos defender que esse Plano Plurianual seja respeitado. Portanto, o IMESF não terminou. Estranhei a sua intervenção, definindo isso, na medida em que o vereador é líder do governo – primeiro ponto; segundo ponto: chamou minha atenção a agenda hoje do prefeito Melo... Aí, quero dizer mais uma coisa, a Ver.^a Mônica atribuiu a problemas pessoais do Oliboni, tragédias pessoais que o Oliboni teve. O Oliboni não está envolvido na luta do IMESF em função das suas questões privadas, o Oliboni está muito bem, muito estável, muito combativo nessa luta, junto conosco. Foi esse o sentido da fala dele na tribuna hoje. Mas me chama atenção – esse é o segundo ponto que queria mencionar – a agenda do prefeito no dia de hoje. O prefeito Sebastião Melo foi a Brasília, e uma das razões pelas quais ele está em Brasília hoje é para tentar corrigir o que eu considero uma atrapalhada do seu governo, porque a Usina do Gasômetro, como todos sabem, é administrada pela Prefeitura há muitos anos, acho que desde o início dos anos 1980, mas a Usina do Gasômetro é de propriedade da Eletrobrás. Eu sei que o governo, que o Sebastião Melo tem apoiado muito a política econômica do Presidente Bolsonaro, e parte dessa política

justamente foi a privatização, esses planos de privatização, esse mesmo plano que o prefeito está levando adiante aqui na Carris, está tentando levar adiante na Carris. Pois bem, a Eletrobrás é a proprietária da Usina do Gasômetro. E agora resulta aqui, portanto, que a Usina do Gasômetro ficará nas mãos da empresa compradora da Eletrobrás. Então, Porto Alegre está perdendo, a não ser que o governo federal faça uma doação para a cidade, o que é gravíssimo porque o prefeito Melo não fez esse alerta antes desse problema, que envolvia Porto Alegre na privatização da Eletrobrás. E o Município de Porto Alegre tem feito muitos investimentos nessa região e na área da Usina; então, eu espero que esses investimentos não sejam para valorizar, com dinheiro público, o capital privado agora, na medida em que a Eletrobrás, sendo privatizada, também a Usina fica nas mãos de outros, a não ser que o governo federal faça essa doação. E foi isso que o prefeito Melo foi pedir em Brasília. Eu acho tudo isso muito grave. Se o prefeito Melo fosse um prefeito de primeira viagem, mas ele já foi vice-prefeito; então, é inadmissível que o governo não soubesse desse perigo que pairava sobre a Usina do Gasômetro.

Eu, para concluir, quero deixar também muito claro que nós, na semana que passou, infelizmente tivemos terríveis votações na Câmara, votações muito prejudiciais para o povo de Porto Alegre, como a votação dos cobradores, a votação da autorização para privatizar a Carris, mas também quero deixar claro que vamos seguir combatendo, porque acreditamos que a sociedade vai dar a volta por cima e vai fazer a pressão necessária para que a Câmara de Vereadores não seja apenas um órgão de reprodução dos interesses do Executivo. No caso específico dessas votações, infelizmente a Câmara simplesmente deu um cheque em branco para o Executivo, ameaçando o emprego de milhares de famílias de porto-alegrenses. Muito obrigado, Presidente Cecchim, um abraço a todos os vereadores, vereadoras e o público que assiste a TVCâmara.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Ver. Robaina. Pois não, vereadora.

Vereadora Mônica Leal (PP): Uma questão de ordem! Talvez pela sonorização, ou o Ver. Robaina perdeu o sinal, mas em momento algum eu falei aqui na tribuna que a fala do Ver. Oliboni tinha alguma coisa de pessoal com o IMESF ou com cargos, não foi isso. Eu me referia ao Ver. Oliboni por ser amigo de longa data e acompanhar a trajetória dele, apenas isso, só para deixar registrado.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Está registrado, vereadora. Passamos à

PAUTA – DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0554/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 026/21, de autoria da Ver^a Lourdes Sprenger, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao CABM – Comando Ambiental da Brigada Militar – PATRAM Porto Alegre, órgão executor da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul. (SEI 035.00056/2021-72)

PROC. Nº 0411/21 – PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 003/21, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que altera o parágrafo único do art. 19 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, vedando, no âmbito do Executivo Municipal e do Legislativo Municipal, a ocupação de cargos em comissão por cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais, dos Presidentes, dos Vice-Presidentes e dos Diretores-Gerais de autarquia, fundação instituída ou mantida pelo Poder Público, empresa pública ou sociedade de economia mista controladas pelo Município e dos Vereadores. (SEI 021.00085/2021-48)

PROC. Nº 0468/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 020/21, de autoria dos Vers. Ramiro Rosário, Jessé Sangalli e Felipe Camozzato e das Ver^{as} Fernanda Barth e Mari Pimentel, que revoga a Lei Complementar nº 462, de 18 de janeiro de 2001 – e alterações posteriores – que dispõe sobre a proibição, no Município de Porto Alegre, da construção de estabelecimentos de alimentos ou congêneres com área computada superior a 2.500m² (dois mil e quinhentos metros quadrados) e dá outras providências. (SEI 212.00040/2021-44)

PROC. Nº 0789/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 017/21, que altera a al. *b* do inc. II do art. 3º e o § 5º do art. 20; inclui os incs. XXVIII, XXIX e XXX no *caput* e o § 3º no art. 21; revoga a al. *e* do inc. II do art. 2º, os arts. 45 a 48-B e as tabelas II e III, todos da Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973, que institui e disciplina os tributos de competência do Município. **Com Emendas nºs 01 e 02, do Ver. Mauro Pinheiro. Com Mensagem Retificativa nº 01.** (SEI 118.00244/2021-07)

PROC. Nº 0385/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 174/19, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que institui a campanha “Setembro Azul-Marinho” no município de Porto Alegre e dá outras providências. (SEI 021.00221/2019-85)

PROC. Nº 0382/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 158/20, de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, que denomina Rótula Hudson Neto Romero o logradouro público não cadastrado conhecido como Rótula Cinco Mil, Cento e Sessenta e Oito, localizado no Bairro Ponta Grossa. (desarquivado pela Ver^a Comandante Nádia.) **Com Emenda nº 01, do Ver. Reginaldo Pujol.** (SEI 049.00037/2020-51)

PROC. Nº 0076/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 019/21, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que cria o Programa Municipal de Parceria Público-Comunitária. (SEI 220.00016/2021-05)

PROC. Nº 0250/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 084/21, de autoria do Ver. Matheus Gomes e das Ver^{as} Daiana Santos, Karen Santos, Bruna Rodrigues e Laura Sito, que inclui a efeméride Dia Municipal de Luta contra o Encarceramento da Juventude Negra no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 20 de junho. (SEI 217.00044/2021-28)

PROC. Nº 0315/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 116/21, de autoria da Ver^a Psicóloga Tanise Sabino, que estabelece a implantação de ambulatórios para atendimento a pacientes recuperados da Covid-19 que apresentem complicações decorrentes da doença residentes no Município de Porto Alegre. **Com Emenda nº 01, do Ver. José Freitas.** (SEI 215.00039/2021-17)

PROC. Nº 0353/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 134/21, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que garante ao munícipe que já estiver imunizado contra o novo Coronavírus (Covid-19) ou que já tenha sido infectado e esteja recuperado, o direito de circular pelo território da Cidade, bem como de exercer atividade remuneratória, não estando obrigado a ficar em estado de quarentena, isolamento ou *lockdown*. (SEI 220.00036/2021-78)

PROC. Nº 0398/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 154/21, de autoria do Ver. Leonel Radde, que concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao senhor Isaac Delivan Lopes Ortiz. (SEI 208.00113/2021-11)

PROC. Nº 0448/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 170/21, de autoria da Ver^a Comandante Nádia, que inclui o evento Ipanema Solidária no Anexo II da Lei nº 10.903, de 31 de maio de 2010 - Calendário de Eventos de Porto Alegre e Calendário Mensal de Atividades de Porto Alegre -, e alterações posteriores a ser realizado no 3º (terceiro) domingo de cada mês. (SEI 025.00049/2021-81)

PROC. Nº 0567/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 216/21, de autoria do Ver. Kaká D'Ávila, que cria o Programa de Oportunidades de Geração de Renda para as Pessoas em Situação de Rua do Município de Porto Alegre. (SEI 219.00058/2021-40)

PROC. Nº 0617/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 241/21, de autoria do Ver. Claudio Janta, que institui o uso do colar de girassol como instrumento auxiliar de orientação para a identificação de pessoas com deficiência oculta no âmbito do Município de Porto Alegre. (SEI 024.00062/2021-31)

PROC. Nº 0640/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 255/21, de autoria dos Vers. Moisés Barboza, Mauro Pinheiro, Gilson Padeiro, Airto Ferronato, Kaká D'Ávila, Idenir Cecchim, Alexandre Bobadra, José Freitas e Claudio Janta e das Ver^{as} Cláudia Araújo, Fernanda Barth, Comandante Nádia, Lourdes Sprenger e Mônica Leal, que concede o Título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao senhor André Luis Haide Veiga. (SEI 036.00034/2021-10)

PROC. Nº 0664/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 272/21, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que denomina Rua Waldemar Luiz de Freitas Filho o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Três Mil Cinquenta Três, bairro Costa e Silva. (SEI 019.00037/2021-62)

PROC. Nº 0675/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 279/21, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia Municipal da Comunidade Libanesa, no Anexo da Lei nº 10.904 de 31 de maio de 2010 e alterações posteriores – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre, a ser celebrado no dia 22 de novembro. (SEI 222.00101/2021-63)

PROC. Nº 0720/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 295/21, de autoria do Ver. Moisés Barboza, que concede o Título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Mario Sergio Cortella. (SEI 036.00046/2021-36)

PROC. Nº 0744/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 304/21, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que denomina Rua Valdir Guimarães dos Santos o logradouro público não cadastrado conhecido como rua A Jardim Morada do Sol, Cel. Aparício Borges. (SEI 019.00041/2021-21)

PROC. Nº 0749/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 307/21, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que concede o Título de Cidadão de Porto Alegre a Rodi Pedro Borghetti. (SEI 037.00250/2021-56)

PROC. Nº 0750/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 308/21, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que denomina Rua Venancia Gomes de Mello o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Dezesseis, bairro Farrapos. (SEI 019.00034/2021-29)

PROC. Nº 0756/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 311/21, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que denomina Recanto infantil Neroci José de Almeida Inácio o espaço de lazer infantil localizado na Praça Bernardo Dreher, no Bairro Jardim Isabel - Porto Alegre. (SEI 019.00044/2021-64)

PROC. Nº 0772/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 020/21, que cria e extingue Funções Gratificadas e Cargos em Comissão, e altera o anexo I "c" I e II, da

Lei nº 6.310, de 28 de dezembro de 1988, que estabelece o plano de carreira dos funcionários do Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), e altera o art. 1º da Lei nº 2.902, de 30 de dezembro de 1965, que fixa as diretrizes para a política habitacional do município. (SEI 118.00233/2021-19)

PROC. Nº 0823/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 021/21, que institui o Programa de Recuperação de Débitos oriundos de contratos de natureza habitacional de financiamento do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e de Recursos Próprios, concessões e permissões com o Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), para a regularização de contratos, quitação de dívidas e quitação de financiamento de imóvel com desconto. (SEI 118.00249/2021-21)

PROC. Nº 0853/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 024/21, que dispõe sobre a autorização para adesão à Carta das Cidades Educadoras e o ingresso na Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE). (SEI 118.00257/2021-78)

PROC. Nº 0112/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 006/21, de autoria do Ver. Kaká D'Ávila, que autoriza os vereadores da Câmara Municipal de Porto Alegre a reverter parte dos valores da Quota Básica Mensal (QBM), destinada aos gabinetes parlamentares, em auxílio-transporte e auxílio-xerox para trabalhadores desempregados. (SEI 219.00012/2021-21)

PROC. Nº 0604/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 032/21, de autoria das Ver^{as} Comandante Nádia, Fernanda Barth e Cláudia Araújo e dos Vers. Jessé Sangalli, Hamilton Sossmeier, José Freitas, Pablo Melo, Alexandre Bobadra, Idenir Cecchim, Mauro Pinheiro, Claudio Janta e Giovane Byl, que altera o *caput* e o § 6º do art. 102 da Resolução nº 1.178, de 16 de julho de 1992 – Regimento da Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre –, e alterações posteriores, excluindo o parecer prévio da Procuradoria da Câmara Municipal de Porto Alegre da tramitação de Projetos e Substitutivos apregoados pela Mesa e definindo que a incidência de Precedente Legislativo será analisada por parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (SEI 025.00057/2021-27)

PROC. Nº 0684/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 036/21, de autoria da Ver^a Comandante Nádia, que concede a Comenda Porto do Sol à Associação dos Oficiais da Brigada Militar e do Corpo de Bombeiros Militar. (SEI 025.00061/2021-95)

PROC. Nº 0704/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 037/21, de autoria da Ver^a Daiana Santos, que concede a Comenda Porto do Sol ao Nuances. (SEI 209.00105/2021-65)

PROC. Nº 0711/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 038/21, de autoria do Ver. Kaká D'Ávila, que concede a Comenda Porto do Sol ao Senhor Fabio Luis Alves Pedroso - "Seguidor.F". (SEI 219.00071/2021-07)

PROC. Nº 0751/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 039/21, de autoria do Ver. Pablo Melo, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao primeiro-tenente do Corpo de Bombeiros Deroci de Almeida da Costa (*in memoriam*), pelos serviços prestados para sociedade gaúcha. (SEI 218.00042/2021-38)

PROC. Nº 0783/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 041/21, de autoria do Ver. Pablo Melo, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao segundo-sargento do Corpo de Bombeiros Lúcio Ubirajara de Freitas Munhós (*in memoriam*), pelos serviços prestados para sociedade gaúcha. (SEI 218.00045/2021-71)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0449/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 019/21, de autoria do Ver. Roberto Robaina, que inclui al. *j* no inc. II do *caput* do art. 2º, al. *c* no inc. II do *caput* do art. 3º e Capítulo X, com Seções I, II, III e IV e arts. 52-Y, 52-Z, 52-AA, 52-AB, 52-AC, 52-AD e 52-AE no Título III, todos na Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973 – que institui e disciplina os tributos de competência do Município –, e alterações posteriores, instituindo a Taxa de Mobilidade Urbana (TMU). (SEI 050.00028/2021-30)

PROC. Nº 0188/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 056/21, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que estabelece a possibilidade de interposição por meio digital de defesa administrativa ou recurso a serem apresentados à Junta Administrativa de Recursos de Infrações (JARI) do Município de Porto Alegre ou ao órgão recursal municipal competente, contra as penalidades previstas na Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro (CTB) –, e alterações posteriores. (SEI 220.00026/2021-32)

PROC. Nº 0223/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 069/21, de autoria do Ver. Leonel Radde, que cria o Programa de Promoção da Saúde Menstrual no Município de Porto Alegre. **Com Emenda nº 01, do Ver. Leonel Radde.** (SEI 208.00081/2021-45)

PROC. Nº 0237/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 075/21, de autoria do Ver. José Freitas, que assegura a participação mínima de pessoas com deficiência em feiras realizadas no Município de Porto Alegre conforme rol que estabelece e dá outras providências. **Com Emenda nº 01, do Ver. José Freitas.** (SEI 034.00049/2021-71)

PROC. Nº 0284/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 096/21, de autoria do Ver. Kaká D'Ávila, que cria o Programa de Oportunidades de Emprego a Pessoas sem Experiência no Mercado de Trabalho no Município de Porto Alegre. (SEI 219.00022/2021-66)

PROC. Nº 0845/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 354/21, de autoria da Verª Cláudia Araújo, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Celito Cristofoli. (SEI 161.00133/2021-49)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nosso Presidente, Ver. Idenir Cecchim; colegas vereadores e vereadoras; público que acompanha a nossa sessão nesta tarde. Nós temos, hoje, Pauta Especial, que trata da LDO, e temos a Pauta, eu diria normal, comum, quando são projetos de iniciativa de vereadores e do próprio governo que estão em 1ª ou 2ª Sessões de Pauta. Casualmente, há um projeto deste vereador que trata do nepotismo cruzado até 3º grau. Creio que, na medida em que a Procuradoria deu parecer favorável para tramitação e que, com certeza, receberá parecer favorável da CCJ, nós, em breve, estaremos aqui na Câmara, no plenário, discutindo esse tema com mais tempo, com mais profundidade, nesse sentido, até porque vários governos acabam colocando parentesco de 1º, 2º e 3º graus. E nós achamos que isso é inconstitucional, porque, na verdade, também dialoga já com a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal. Nesse sentido é que nós apresentamos um projeto de lei; com certeza, ele tramitará com maior naturalidade. Estava ouvindo também alguns colegas que falavam da pauta da LDO, e eu não posso deixar de dizer o seguinte: são muitas as causas ou os projetos que ora não estão essencialmente identificados para onde vai o recurso. Por exemplo, se observarmos a área da saúde, nós temos hoje uma cobertura da Atenção Básica de 55%, nós precisamos aumentar, no mínimo, para 80%, porque somente 55% da população coberta para Atenção Básica significa que muitas comunidades não estão tendo nem sequer um posto de saúde para atender a população. E aí essa população tem que se deslocar para um pronto atendimento ou para outras regiões que ainda não tem Atenção Básica. Nesse sentido, o governo federal subsidia o governo municipal de fundo a fundo em 95% do recurso – 95% do recurso da Atenção Básica vem do governo federal! Então não há motivo para o governo municipal não ampliar a Atenção Básica, que é a porta de entrada do Sistema Único de Saúde; que é a porta de entrada para o cidadão que tem dificuldade muitas vezes de ter um plano de saúde, e é óbvio que procura, sim, o Sistema Único de Saúde, mas infelizmente não consegue nem mesmo atendimento e nem mesmo para emergência, como para um especialista. Então, nesse sentido, nós queremos reforçar aqui a importância de o governo dar uma atenção muito especial à saúde pública, porque aqui, em Porto Alegre, com a terceirização na Atenção Básica, ficou muito fragilizado. O governo não fala

mais em ampliar a cobertura de Atenção Básica, com isso, muitas comunidades não tem um atendimento básico em saúde. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa tarde Presidente; colegas vereadores e vereadoras; público que nos assiste. Eu venho a esta tribuna para falar sobre dois assuntos. A fala do Ver. Oliboni com relação ao cargo do PSD que foi indicação feita para a Carris, e eu não poderia deixar de me manifestar. Esse cargo, como disse bem a Ver.^a Mônica, já era para ter acontecido há muito tempo, e ele é uma indicação técnica de um especialista no ramo, que eu acho que ele vai agregar muito nessa transição, que é tão necessária neste momento com a privatização e a desestatização da Carris. Então, não é alguém que caiu de paraquedas para agradar algum político, e sim para fazer o seu trabalho técnico, de forma consciente e necessária.

Eu queria falar também com relação ao prefeito. O prefeito trabalha das 5h da manhã às 23h, no mínimo – no mínimo! E eu conheço muito bem o prefeito Melo muito antes dele ser prefeito, ser vice-prefeito, ele foi meu vizinho por muitos anos, é meu amigo, e eu considero e valorizo muito o trabalho dele porque ele é um cara muito determinado, muito dedicado nas coisas que ele faz. E ele ama Porto Alegre há muitos e muitos anos, e não somente agora. Ele trabalha de segunda a sábado. E a impressão que eu tenho é que ele não faz nada, quando eu ouço os meus colegas da oposição falarem do prefeito Melo. Eu não sei se batem por bater, para ter aplauso, eu não sei qual é, na verdade, a situação. Eu só acho que a gente precisa valorizar as coisas boas que o prefeito faz porque, quando vocês fazem uma agenda com o prefeito e ele atende a oposição, ele está sendo prefeito de toda uma cidade, e não somente daqueles que são da base – isso precisa ser reconhecido. Quando eu venho batendo simplesmente pelo fato de bater, eu não consigo entender sinceramente. Ele instalou, em 8 meses de governo, o RecuperaPOA, que traz até 90% de isenções para pessoas inadimplentes de vários tipos de taxas e impostos, isso vocês não falam aqui e isso ajuda, sim, os pequenos empresários. Ele trouxe o microcrédito que ajuda os pequenos empresários, aqueles empresários familiares, aqueles empresários que precisam desse aporte para poderem continuar vivos – isso eu não ouço ninguém falando aqui. Ele, agora, sancionou o cancelamento do IPTU, que ajuda milhares e milhares de pessoas que não têm condições e que tem dívidas com IPTU – isso eu também não escuto ninguém falando aqui. Tem a parte administrativa do DEMHAB que ajuda e acolhe milhares de famílias que hoje estão recebendo as suas matrículas. Nós temos mais de 800 ocupações, milhares de pessoas sem casa, sem a sua matrícula, sem a sua casa própria, e

essa regularização fundiária está sendo feita – eu não escuto ninguém falando sobre isso aqui. Nós estivemos no Morro da Cruz, no sábado, onde duas escolas receberam a colocação das placas solares e o biodigestor, que é muito importante. Setenta novas escolas vão receber o biodigestor, que através dos gases vão poder fazer a sua sustentabilidade, isso é importante para o nosso meio ambiente – eu não vejo falando sobre isso aqui –, vai ser implantado em 70 escolas do Município, isso é muito importante.

Eu queria falar sobre os cobradores. Eu votei contra a extinção do cargo de cobradores no ano passado, no governo Marchezan, porque eu tinha certeza que, no dia seguinte, ele estaria demitindo os cobradores. E eu sempre falei nesta tribuna que eu não era contra a extinção do cargo, eu era contra a demissão desses trabalhadores no dia seguinte. Eu acho que a cidade precisa evoluir, crescer, se modernizar; muitos cargos já foram extintos, muitas categorias já foram eliminadas, como foram eliminados ascensoristas de elevadores, antigamente alguém apertava o botão para gente e hoje a gente faz isso sozinho; assim como a gente sabe que os frentistas de postos de gasolina, daqui a pouco, não mais existirão, e muitas outras categorias serão extintas ao longo do tempo. Eu votei a favor da extinção do cargo de cobradores, porque isso vai ser de uma forma gradativa, mesmo que digam que não – e eu vou cobrar isso. Eu votei “sim” pela extinção do cargo porque eu acho que esses trabalhadores serão realocados, serão capacitados e essa extinção será feita de forma gradual. Eu votei “sim” pela desestatização da Carris, pela privatização, porque eu não acho que esses trabalhadores serão demitidos. Eu acho que o bom motorista, a boa manutenção, o bom mecânico, todos esses trabalhadores serão contratados pela nova empresa, se a Carris for vendida. Eu não acredito que bons trabalhadores fiquem sem trabalho, sinceramente, eles podem ficar sem a estabilidade, que essa é a que mais incomoda, mas nenhuma empresa privada tem a estabilidade dos seus funcionários, se for bom, segue trabalhando.

Tenho a consciência também da nossa luta com relação ao IMESF. Sempre votei pela não extinção do IMESF, lutamos juntos e seguimos na luta pelos ACSs e pelos ACEs, porque eles não podem ser terceirizados, e nós temos que achar a solução para que esses trabalhadores fiquem atendendo. Hoje, eles atendem mais de 750 usuários por região, que seria o que eles deveriam estar atendendo, eles atendem mais de 1.500, e isso não pode continuar. E nós vamos, sim, seguir nessa luta por esses trabalhadores e esses Agentes Comunitários de Saúde e de Endemias.

Convido os meus colegas que criticam, mas busquem, através de seus mandatos, agendas com o governo para melhorias das suas comunidades, e que reconheçam as boas ações do prefeito Melo, porque a reciprocidade tem que vir de ambos os lados. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Márcio Bins Ely; vereadoras e vereadores. Em Pauta, o chamado projeto o dos franceses, o PLCL nº 020/21, que dispõe sobre a proibição, no Município de Porto Alegre, da construção de estabelecimentos de alimentos ou congêneres com área computada superior a 2.500 m² e dá outras providências. Esse projeto, Ver. Oliboni, é de extrema importância. E por que se chama o projeto dos franceses? Ele é conhecido assim, desde o ano passado, já vem do ano passado esse projeto, porque esse é o projeto que interessa ao Carrefour, eles querem fazer estabelecimentos de 10.000 m² em Porto Alegre e acabar, na prática, com os minimercados, acabam com 5.000 minimercados em Porto Alegre. É um acinte à nossa história. É brutal para a economia de Porto Alegre. Eu vejo, com muita honra, o líder do governo pedindo um aparte, e eu concedo à V. Exa., Ver. Idenir Cecchim, com muita honra.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): V. Exa. permite um aparte?

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Claro, V. Exa. me honra com seu aparte...

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Ver. Pedro Rua, V. Exa. toca num assunto que nem é de governo, é um assunto de interesse da cidade de Porto Alegre. Eu recebi uma comissão de pequenos supermercadistas que cresceram depois dessa lei e aumentaram. E todos eles têm os pequenos supermercados de bairro. Se nós mudarmos essa lei para o expansionismo, eu não tenho nada contra grandes supermercados, mas existem regiões para ele se estabelecerem, no mundo todo existe isso. Buenos Aires foi a primeira capital latino-americana fez essa lei, mandando para fora da cidade os grandes hipermercados. Então, V. Exa. está trazendo aqui um assunto muito importante e nós devemos estar atentos para esse assunto.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Ver. Idenir Cecchim.

Vereador Claudio Janta (SD): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu queria me somar ao senhor e ao Ver. Idenir Cecchim que já falaram. Realmente as pessoas estão revogando algo que não tem necessidade nenhuma. Se olharmos o número de mercados em Porto Alegre, a lei permite que eles se destaquem. Agora mesmo nós vimos abrir um grande empreendimento no final da Av. Assis Brasil, ela permite. Agora, se formos ver a Av. Sertório, temos quatro supermercados, na frente de outro hipermercado, acabou com o comércio da região; quando se instalou o Carrefour da Av. Assis Brasil, dizimou o comércio da região. Então, eu acho que essa lei veio não para proteger nada, é permitido em Porto Alegre abrir grandes empreendimentos maiores que está previsto aí, pode abrir em várias saídas da cidade de Porto Alegre. Agora, não comporta dentro da cidade de Porto Alegre um empreendimento desse tamanho, com a malha viária que nós temos. Então, os

vereadores estão se equivocando em tentar revogar essa lei, que é uma lei que garante a pequena empresa, a média empresa e gera empregos.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Eu agradeço o aparte do Ver. Claudio Janta, concordo com ele e com o Ver. Idenir Cecchim. A lei que existe hoje e que limita em 2.500 m² é uma lei exemplar. É uma lei que serve de modelo para inúmeras outras cidades. E, pelo inverso, o chamado projeto dos franceses, ele é exatamente o fim daquilo que nós conhecemos como a economia popular. Nós gostaríamos, evidentemente, de homenagear esses minimercados. E quero registrar que esses pequenos estabelecimentos comerciais que foram solidários com as suas comunidades. Foram eles que, gratuitamente, distribuíram cestas básicas. São eles onde existe ali o caderno, onde a Dona Zaira pode fazer suas compras e pagar depois, onde o Seu João pode comprar fiado também, são eles que garantem, Ver.^a Lourdes Sprenger, a vida dessas pessoas. Então, em nome dos interesses, dos Carrefours da vida, desses gigantes mundiais, vai se mudar uma lei exemplar de Porto Alegre? Nós não aceitamos isso! O projeto que corre Pauta hoje tem que ser derrotado nesta Casa para mostrar os reais compromissos, Ver.^a Daiana, dos vereadores com o povo de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Pois, então, sobre o PLCL n° 020/21, que revoga a Lei Complementar n° 462, de 2001, a lei aquela que proíbe a construção de estabelecimentos de comércio de alimentos ou congêneres com área computada superior a 2.500 metros quadrados. Eu não consigo entender, sinceramente, também fui procurada por vários segmentos e estou surpresa com essa tentativa de fazer aqui um arrasa-quarteirão em Porto Alegre. Ora, nós temos que considerar algumas coisas muito importantes: os grandes empreendimentos empregam menos pessoas do que os pequenos empreendimentos. Vejam bem, de imediato, nós temos que considerar que a legislação atual não impede o desenvolvimento da cidade, ela não proíbe a implantação de grandes empreendimentos, mas ela cria condições de controle e de direcionamento desses investimentos, contribuindo dessa forma para o desenvolvimento da nossa cidade e proporcionando uma concorrência justa beneficiando, por fim, a comunidade como um todo. Portanto, a lei direciona e organiza o crescimento do Município de Porto Alegre de forma a manter a isonomia na concorrência das empresas do setor de gêneros alimentícios. Especificamente aqui em Porto Alegre, no Município de Porto Alegre, a categoria de gêneros alimentícios é formada por três grandes empresas de grande porte e por mais de cinco mil empresas de pequeno e médio porte, entre supermercados, mercearias, açougues, padarias e outros. As empresas de pequeno e médio porte representam mais de 70% dos empregos gerados nesse setor. Ora, se nós

revogarmos essa legislação vigente, vai representar um retrocesso nos benefícios alcançados em prol da cidade de Porto Alegre e do cidadão porto-alegrense, bem como a piora no índice de empregabilidade, sob sério risco de agravamento do impacto econômico já suportado pelos estabelecimentos. Nós estamos em pós-pandemia, como é que nós vamos fazer uma coisa dessas? Eu, em toda minha vida política, nunca vi uma coisa dessa. Então, chega aqui e quer revogar tudo, vamos destruir a cidade. Não é hora disso, é hora de investir no pequeno e no médio empreendedor. Nós ouvimos todo o tempo uma campanha dizendo compre no seu bairro, invista no seu bairro. Eu não consigo entender. Ora, uma alteração ou revogação dessa legislação vigente vai representar um retrocesso. E eu digo isso aqui com toda tranquilidade, não contem com meu apoio, pelo contrário, contem que eu vou derrubar esse projeto e vou falar para todo mundo fazer o mesmo. Eu já fui empresária, ser empresário neste País é ser herói. Imagina num pós-pandemia. Nós temos tributação, fiscalização, nós temos violência, concorrência, e agora uma lei, uma necessidade esdrúxula dessa. Não, sinto muito. Ah! Eu já vi de tudo, mas isso aqui, eu pensei que não veria.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Sr. Presidente, me inscrevi em Pauta, acabou o contato no momento em que estava na Pauta Especial, ia fazer alguns comentários sobre a questão da LDO. Ouvi alguns vereadores tentarem reinventar o que é a LDO, independentemente do partido que governa a cidade, a LDO é a LDO, ela tem que ser avaliada como uma lei de diretrizes, não é peça diferente disso. A gente tem vários projetos em Pauta para discutir, também tive a infelicidade de ouvir comentários aqui que antecederam a minha fala que fizeram me inscrever, Presidente, porque eu vou ter que rebatê-los por motivos óbvios. Eu gostaria de pedir, em um outro momento, que a Ver.^a Cláudia Araújo se retratasse porque ela fala que ela não votou no projeto dos cobradores, no governo Marchezan, porque sabia que ele os demitiria no outro dia. Os proprietários das empresas de ônibus na cidade não mudaram, Ver.^a Cláudia, o projeto, com todo o respeito que a senhora merece e eu devo a senhora, nós enfrentamos essa pauta, o nosso projeto era quase igual, a única coisa que tinha de diferente era que o nosso projeto não limitava o prazo da questão dos cobradores em 2026, se não me engano. Então, por favor, para uma política aqui de seriedade com a população, a senhora não pode dizer algo que não é verdadeiro porque o prefeito não é dono das empresas de transporte de ônibus da cidade. Então vamos ser bem práticos, quem demite, quem contrata, quem aproveita são as empresas de ônibus. Eu acho muito ruim as coisas serem ditas assim às vezes e não serem rebatidas, porque uma mentira contada muitas vezes se torna verdade. Eu lamento que essa pauta não tenha sido vencida na outra gestão, porque a gente não teria que ter feito essa discussão. Eu respeito quem é contra, eu respeito quem é favor, mas eu não posso ser incoerente de

não me manifestar aqui. Tenho respeito por este governo, tenho dito que ele dá sequência a pautas importantes, a problemas considerados impopulares que não possuem uma solução fácil, respeito a oposição que tem o seu papel de oposição democraticamente. Eu também gostaria que a senhora, na outra legislatura, falasse dos pontos acertados do prefeito Marchezan e que o elogiasse nos seus acertos, mas não vi. Respeitei a senhora porque a senhora tinha um posicionamento de não estar apoiando o governo anterior. Não tem problema isso. Agora vir até o microfone dizer algo que não procede, eu não vou, com todo o respeito, ficar em silêncio. Desculpa se não foi o objetivamente o foco da pauta, mas estou deixando claro que LDO é uma lei de diretrizes, ela não pode ser outra coisa a não ser isso. Respondo a isso porque o Ver. Jonas disse como se a LDO pudesse ser outra coisa. Eu estive acompanhando o sacrifício que é para um secretário de finanças, como o atual secretário, que tem demonstrado uma dedicação gigantesca, o atual governo que tem feito um PPA sincero, verdadeiro, usei a tribuna quatro vezes porque inclusive no prefácio, na introdução do seu PPA, deixou claro, isso é errado na política? Reconheceu a grande diminuição de custo com a máquina pública do governo do PSDB, no governo Marchezan. Elogiei o PPA, como elogio a LDO, mas LDO não é outra coisa, LDO segue o rito constitucional e nós temos de ter responsabilidade com ela. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, senhoras e senhores vereadores. Fiz questão de falar em liderança do PMDB e não do governo, Ver. Pedro Ruas, porque esta é uma pauta, Ver.^a Mônica Leal, que não é do governo, é uma pauta do Legislativo. Escutando os discursos do Ver. Pedro Ruas, que é líder da oposição, escutando o discurso da Ver.^a Mônica Leal, ouvindo vereadores no plenário, a senhora tem toda razão, Ver.^a Mônica Leal, esse projeto nós queremos votar, por isso está correndo Pauta, nós queremos votar para dizer para cidade de uma vez por todas, Pedro Ruas, que nós queremos o desenvolvimento de quem quer crescer e nós não queremos um disco voador que venha e baixe em cima de todos os pequenos. Os nossos supermercadistas, os nossos vizinhos de bairro, os vizinhos de bairro que cresceram depois dessa lei, cresceram, e que bom que cresceram, e que bom que nós podemos ir nesses locais comprar e conhecer o dono. Nós conhecemos o dono, nós conhecemos o açougueiro, nós conhecemos o padeiro desses supermercados menores, e essa lei nós temos que mantê-la, e que bom, Ver. Pedro Ruas, líder da oposição, que bom que esse projeto não é um projeto do governo e, por isso, eu falo em nome do meu partido, Ver.^a Lurdes Springer, que está de acordo. Enfim, a grande esmagadora maioria deste plenário está de acordo na manutenção da lei como está porque aqui não nós não estamos tolhendo a liberdade de quem quer investir, mas tem lugar para investir. A primeira capital latino-americana a se preocupar com isso foi em Buenos Aires. Pode

olhar onde é que está instalado os grandes supermercados em Buenos Aires, lá fora. Porto Alegre tem essa legislação moderna que diz e dá um espaço para construir. Vereadora Mônica, em quase todos os países do mundo é assim, para dar oportunidade para os nossos eficientes supermercadistas que estão por aí, eles tiveram a oportunidade e aproveitaram a oportunidade, muitos deles saídos de alguns supermercados grandes daqui de Porto Alegre. Nós temos grandes supermercados aqui que investem aqui, que investem em Porto Alegre, e a reunião do seu conselho é aqui em Porto Alegre, não é em Paris, não é em Nova York, não, é aqui em Porto Alegre. É isso que nós queremos, desenvolver os nossos, desenvolver aqueles que já cresceram e mostraram competência, Ver. Hamilton Sossmeier. Nós temos aqui na Câmara Vereadores comprometidos com o futuro, Ver. Mauro Pinheiro, que também é supermercadista, que também está conosco nessa luta, e nós temos certeza, nós queremos votar esse projeto o quanto antes. Se pudermos, nós vamos pedir o regime de urgência, o art. 81, nós queremos votar esse projeto para, de uma vez por todas, enterrar essas tentativas. Na eleição passada, nós tivemos uma tentativa dessas, e o projeto foi para a gaveta, e esse nós não queremos que vá para a gaveta, nós queremos votar, votar e aprovar o projeto. E é isso que nós vamos fazer, com a consciência muito tranquila com o nosso dever de vereador de Porto Alegre, nós somos vereadores de Porto Alegre, e nós vamos fazer isso com a nossa alma, nosso coração, com a vontade de dizer: cresçam, pequenos e médios porque os pequenos hoje já são médios, Ver. Oliboni, os pequenos já são médios, e nós queremos que os pequenos sejam médios e sejam grandes também. E é isso que nós vamos fazer na defesa da lei que já existe. Nada de votar inovações para beneficiar pessoas que muitas vezes não tem nada a ver com Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Alvoni Medina (REP): Impossível ouvir os oradores por meio do Zoom, o áudio está muito cortado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, eu faço coro aos vereadores que estão *on-line*, realmente, eu botei no geral, para todos aí, que eu acho muito arriscado nós entrarmos na Ordem do Dia hoje. Nós não estamos conseguindo ouvir quase nada do que falam. O Ver. Cecchim, eu consegui ouvir agora o seu final porque eu estou junto nesse tema, eu entendo o tema todo do setor de supermercado, fui empregado do setor de supermercado, sou dirigente do sindicato desse segmento e quero dizer que os vereadores que assinaram esse projeto aí de revogação dessa lei, os vereadores não estão conversando com a cidade, os vereadores não estão conversando com as pessoas que geram emprego e renda nesta cidade, os vereadores não estão falando com a população desta cidade. Nós sabemos disso, é público notório e está lá no CAGED que os maiores geradores de empregos são as pequenas e médias empresas.

Essas chegam... Não sei por que querem revogar essa lei, mas essa lei permite que uma pessoa que entre num plano de demissão voluntária monte o mercadinho e não tem a concorrência. Então, os vereadores que assinam essa revogação não sabem o que acarretou fazer essa lei, exemplos de mercados que estavam vendendo um litro de leite a R\$ 2,00, e o concorrente, um grande hipermercado, que se instalou começou a vender a R\$ 1,20. Aí vão dizer que isso é economia de mercado; não, isso aí é sacanagem de quem quer quebrar o pequeno para depois botar o preço dos seus produtos como quer. Então desafio os vereadores a fazermos um *tour* nos mercados, nos hipermercados e vamos ver a realidade do que emprega, do que não emprega, do que ficou deserto nas regiões onde isso se instalou, que foi o que nos obrigou a reivindicar na Câmara de Vereadores essa lei, junto com os pequenos mercados de Porto Alegre. É permitido abrir hipermercado em Porto Alegre, é permitido, nós temos todas as extensões da RS-118, toda extensão da *freeway*, toda extensão da BR-116, saída da rodovia Castelo Branco, nós temos vários lugares de opções para abrir os hipermercados; agora, dentro da cidade de Porto Alegre, o limite está estabelecido, dentro da cidade de Porto Alegre é o limite de boa convivência entre o pequeno e o grande. O grande não está proibido de se instalar dentro de Porto Alegre, o que está proibido é o monopólio de somente uma ou duas empresas dentro da cidade de Porto Alegre. E essa lei permite, como o Ver. Cecchim deve ter dito aí, que as pessoas têm o direito de ir ao mercadinho do bairro, de conversar com o proprietário, de escolher a melhor carne no açougue, o horário do pão, uma série de coisas que permitem, de o rancho ser entregue na sua casa, que as suas compras sejam entregues nas suas casas, as pessoas se conhecem por nome, têm uma afinidade. E é isso o que a gente quer manter: esses empregos, esses postos de trabalho, esses geradores de trabalho que não fazem pressão em cima, principalmente de fornecedores, exigindo gôndolas, exigindo cargas de mercadorias em consignado, cargas de mercadorias para entrar na prateleira do hipermercado. É isso o que acontece. Então quero dizer que essa lei, tende, como disse o Cecchim, a ser votada e derrotada nesta Casa, porque não é o que a população de Porto Alegre espera. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Moisés Barboza (PSDB): Presidente, eu estou com áudio bem prejudicado, passo e falo na próxima quarta-feira.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): Presidente, eu concordo, está difícil de entrar na Ordem do Dia com o áudio da maneira que está, muito difícil ouvir.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Eu conversei com Ver. Cecchim; explico para o plenário e para quem nos acompanha que nós trocamos hoje a placa de som – chegou uma placa nova e o pessoal não conseguiu ainda fazer essa validação 100%.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Presidente, até para tranquilizar os vereadores que estão no remoto, nós entraríamos na discussão do projeto, mas com compromisso de não votar, em respeito àqueles que estão com o som truncado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está bem? Estamos em condições? Não havendo mais inscritos, está encerrada a Pauta. O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Boa tarde, Presidente Márcio, vereadores e vereadoras, público que nos assiste pela TVCâmara, este é um assunto que está em pauta, hoje, sobre supermercados, sobre tamanho de supermercados em Porto Alegre. Não poderia deixar de me manifestar porque um dos motivos pelo qual hoje sou vereador de Porto Alegre foi lutando em defesa dos minimercados e dos supermercados de Porto Alegre, Ver. Cecchim. No ano de 2000, 2002, por essa época, eu estive aqui na Câmara de Municipal, pela primeira vez, pela questão de disputa do pequeno varejo com o grande varejo – na verdade, não é disputa, mas a sobrevivência do pequeno varejo. E a partir dali eu comecei a participar mais na vida política e acabei me tornando vereador de Porto Alegre, me elegendo. Em 2004 concorri, fiquei como suplente, e em 2008 me elegi vereador. E essa pauta, do tamanho dos supermercados, aconteceu aqui em 2001, foi aprovada uma lei, a Lei nº 462/2001, que se criou uma metragem máxima diária de vendas do supermercado, de 1.500 metros quadrados. Também foi delimitada uma parte da cidade de Porto Alegre onde poderia ter lojas maiores do que 1.500 metros quadrados. Essa área é lá perto da *freeway*, na BR-290 e ela vem mais ou menos projetada ali pela Rua Tenente Ary Tarragô até a Av. Manoel Elias, faz um corredor, onde há um espaço mais fora do Centro da cidade, onde se poderia construir lojas maiores. E aqueles projetos de lei já aprovados, que já tivessem o EVU, essas lojas poderiam ser construídas, quem já tinha o projeto aprovado na Prefeitura de Porto Alegre. Posteriormente, em 2005, existiu uma pressão muito grande em Porto Alegre para a entrada de algumas redes maiores e acabou-se fazendo um acordo, inclusive com os próprios supermercados, de aumentar esse tamanho de 1.500 metros quadrados para 2.500 metros quadrados. Isso é uma lei de 2005, então que fez uma reformulação da lei de 2001, aprovada aqui nesta Casa em 2005. Eu era suplente de vereador, acompanhei, participei dos debates, chegando-se à decisão de 2.500 metros quadrados. Então hoje o que tem em Porto Alegre é esta lei, que tem funcionado muito bem, porque não impede a construção de lojas; 2.500 metros quadrados de área de venda dão um bom supermercado. E aqueles supermercados que quiserem fazer loja maior do que 2.500 metros quadrados, podem fazer dentro desse perímetro que foi marcado. Hoje alguns vereadores entraram com um pedido de revogação do projeto de lei, aprovado em 2001, reformulado 2005. O que significa se for revogada a lei? Significa que não teremos mais um controle na cidade de Porto Alegre, em qualquer espaço de Porto Alegre poderá se construir lojas com mais de 2.500 metros quadrados. No meu ponto de vista e pelo pouco conhecimento que tenho de supermercado, fui dono de mercado, hoje a minha família continua com o mercado, loja pequena, de bairro, depois fui presidente da

associação, da Rede AMMPA, de lojas menores, ajudei na formação da Rede Grande Sul e também da RedeCen, que é a rede de todas as redes de supermercados do Estado do Rio Grande do Sul, que hoje são mais de 700 lojas espalhadas pelo Estado. O que significa mudar a lei de Porto Alegre, revogar a lei que tem funcionado tão bem em Porto Alegre? Significa a permissão de entrada das grandes multinacionais de varejo na cidade de Porto Alegre, principalmente os “atacarejos” que têm se proliferado muito, que é aquela mistura de atacado com varejo, é aquele cara que vende, tanto para os para os mercados menores de bairro, quanto para a população em geral que, muitas vezes, não tem o mesmo atendimento que tem o supermercado. Mas a nossa preocupação é que, com essa liberação, com a revogação da lei e a entrada desses grandes aglomerados, as grandes fusões que hoje acontecem no mundo inteiro, que são grandes empresas multinacionais, Ver.^a Lourdes que se unem e vão comprando todas as outras, eles acabam ficando com grandes aglomerados, tendo um poder de compra muito grande, porque eles compram para o mundo inteiro, são lojas espalhadas pelo mundo inteiro e muitos dos fornecedores são marcas internacionais que acabam fazendo grandes negócios para essas empresas e vão diminuindo, com certeza, as lojas menores. Por que as lojas menores, que hoje geram muito mais emprego que as grandes lojas por metro quadrado, são quase o dobro? Uma loja pequena, de bairro, a cada cem metros quadrados pode gerar de 12, 13, 14 empregos; enquanto nessas grandes lojas, o número de funcionários por metro quadrado, a cada cem metros quadrados têm a média de 6 funcionários. Então aquela desculpa que a gente vai escutar aqui que, terminando essa lei, revogando essa lei, vão entrar grandes supermercados que querem construir em Porto Alegre e vão gerar 300, 400 empregos, não é bem verdade. Como diria o meu amigo Airto Ferronato, não é bem assim. Não é bem assim por quê? Porque, em primeiro lugar, as grandes lojas, essas grandes multinacionais têm menos empregados por metro quadrado; depois, o número de pessoas que compra nas lojas não vai aumentar, Ver. Márcio, o número de pessoas que compra e o poder aquisitivo da população é o mesmo na cidade de Porto Alegre. Vai ter um mais um aglomerado, as pessoas que compram naquela loja pequena vão deixar de comprar na loja pequena para comprar na loja grande; com isso vai transferir a renda do pequeno e médio comerciante, daquele local da cidade de Porto Alegre, para uma grande multinacional. É um outro problema que ainda vai gerar, porque esse pequeno comerciante, Presidente, quando ele ganha, quando ele tem o seu lucro, o lucro dele fica na cidade, porque ele vai comprar um carro, vai comprar um apartamento, vai botar o seu filho na escola, enquanto a multinacional vai arrecadar, vai buscar o lucro e vai remeter o lucro para o exterior, para a sua matriz. Portanto, sou contrário a esse projeto de revogação da lei, porque tenho certeza de que a lei, do jeito que está, Ver. Cecchim, líder do governo, é muito melhor para a cidade de Porto Alegre e para os nossos empreendedores que estão dando muito bem conta do recado com os supermercados na cidade de Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): É uma das poucas vezes que eu subo nessa tribuna e digo que fico feliz pelo fato de estar ouvindo, tanto a situação quanto a oposição, pela coerência necessária, Ver. Mauro, com um projeto que tem muitas nuances, mas, entre elas, acho que é importante a gente ressaltar toda uma relação voltada ao desemprego. Mas quero iniciar falando que, quando ouço desses grandes empreendimentos, logo me recordo de um fato ocorrido, dentro de um grande supermercado aqui, que foi o atentado contra a vida do Beto. Essa é uma violência, ocorrida no supermercado Carrefour, que nos marca, marca a todos nós, enquanto negros e negras nessa cidade. Então vir aqui contra isso é pensar nessa correlação de forças que, há bem pouco tempo, estava propondo a retirada dos empacotadores, Ver. Oliboni; que há bem pouco tempo, estava fazendo esse movimento sem sequer considerar que são os pequenos empreendimentos dos bairros que fomentam a economia local; são esses pequenos empreendimentos que fazem com que a economia desses bairros gire ali mesmo, o que dá a possibilidade de romper ciclos de extrema violência, em tempos de grande desemprego, de fome, em tempos em que a gente vê se somar um contingente de mais de 15 milhões desempregados no Brasil, e são esses os espaços que possibilitam que o trabalhador tenha comida na mesa. E falo isso das comunidades porque a gente tem que relacionar diretamente a uma população que tem cor, é a população negra, tão negra quanto o Beto que morreu dentro do Carrefour. A gente precisa olhar para isso com muita responsabilidade porque definitivamente está aqui trazendo à tona um projeto como esse que tem uma relação direta com interesses que não dialogam com a nossa realidade. Esse é o posicionamento da bancada do PCdoB. Aquilo que não dialoga, aquilo que não diz respeito à realidade do povo nem deveria estar nesta Casa, finalizo.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Registro que o Ver. Giovane Byl também está reclamando do áudio aqui. Temos matéria a ser apregoada, diretor?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeito, Presidente, temos matérias a serem apregoadas.

Apregoo Ofício nº 2132/GP, firmado pelo Sr. Sebastião Melo, Prefeito Municipal de Porto Alegre, informando que se ausentará do Município do dia 13 ao dia 16 de setembro do corrente ano, a fim de participar de diversos eventos em Brasília, cumprindo agendas com organismos internacionais, lideranças políticas e órgãos governamentais.

Apregoo requerimento, de autoria da Ver.^a Lourdes Sprenger, deferido pela presidência, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01 ao PLL nº 117/20.

Apregoo a Emenda nº 02, de autoria da Ver.^a Lourdes Sprenger e do Ver. Idenir Cecchim, líder da bancada do MDB, ao PLL nº 117/20.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLL nº 117/20 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria dos vereadores Mari Pimentel e Felipe Camozzato, ao PLCE nº 009/21.

Apregoo a Emenda nº 02, de autoria da Ver.^a Lourdes Sprenger e do Ver. Idenir Cecchim ao PLCE nº 009/21.

Informamos que não é necessário o envio dessas emendas à apreciação das comissões permanentes, pois a proposição tramita no regime previsto no art.81 da Lei Orgânica do Município.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, diretor. De imediato, vamos proceder para chamada para ingresso na Ordem do Dia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e três Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 17h47min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Vereador José Freitas (REP): Presidente, o som está muito ruim, de 10 a 1, eu dou 0,5, no geral.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Presidente, vereadores que estão no remotos e os que estão aqui, desculpem a minha insistência, é que esse projeto que trata sobre a previdência complementar tem prazo, e nós precisamos fazer a discussão hoje, com o compromisso do governo de não votar, só vamos fazer a discussão. Eu acho que é um assunto importante, mas é uma adaptação da lei federal, entraremos na discussão e encerraremos na discussão.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Ele vai ter que ser votado para ser incluído na priorização.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB) (Requerimento): Solicito inclusão na priorização da Ordem do Dia da presente sessão e apreciação imediata do PLCE nº 009/21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 21 votos **SIM** e 10 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovado o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0572/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 009/21, que institui o Regime de Previdência Complementar para os servidores públicos titulares de cargo efetivo do Município de Porto Alegre, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime Próprio de Previdência Social do Município, autoriza o Município a aderir ao plano de benefícios de entidade fechada de previdência complementar, e dá outras providências. **(SEI 118.00165/2021-98)**

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Ramiro Rosário: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 13-09-21 por força do art.81 da LOM.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PLCE nº 009/21. (Pausa.) O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Queridas municipais e municipais de Porto Alegre, mais uma vez vocês sendo atingidos pelo governo Melo. Este projeto de lei é a continuidade daquele ataque que instalou na cidade o arrocho salarial, foi o projeto anterior que aumentou a alíquota para os aposentados. Vejam que presente do

Melo recebemos por fazer educação, saúde, saneamento, por fazer funcionar políticas de habitação, por fazer Porto Alegre existir – isso ocorre por conta do funcionalismo, do serviço público. Agora vem o quê? A previdência complementar. Sabem esses partidos: MDB, Democratas, PSDB, PTB, esses todos votaram a favor da reforma da previdência nacional, e aqui eles têm que reproduzir isso, porque esse é o compromisso deles, eles não podem fugir disso, eles têm que permanecer nessa seara, nessa toada de atacar o funcionalismo, de atacar quem trabalha. Com quem trabalha eles não querem conversa. Para quem trabalha é o decreto da mordaza que está agora rodando aí, que não pode falar do governo, não pode ir apontando os erros do governo nas políticas. Esse é o diálogo deles. A mim tu não enganas, Melo; e aos municipais também não! Conversa fiada de eleição, a gente sabe como funciona. Nós aprendemos. Bota caminhão de som para cá, para lá, grita umas bravatas, amedronta a população e depois, aqui, vem o quê? Previdência complementar. Aí eles vão dizer assim: "Nós temos prazo para votar, nós temos que instalar..." Mas, se for assim, por que não com transparência? Por que o art. 4º está daquela forma ali? Por que é que ele está escrito daquele jeito? Tem direcionamento? A previdência complementar tem direcionamento? Afundou aquele projeto que esses mesmos vereadores que hoje defenderão o Melo defenderam a previdência complementar do governo Marchezan e estão com este projeto, soterrando aquele que criava a previdência complementar própria. Esses vereadores e vereadoras não têm compromisso com você que trabalha no HPS, com você que trabalha nas escolas, muito menos com você que trabalha no saneamento! Não! O compromisso deles é com o rentismo, é com o alto empresariado; o compromisso não é com as monitoras, com as professoras, com os enfermeiros, com os técnicos de enfermagem, com os operários da SMOV e da SMSUrb do antigo DEP, do DMLU. Não! Para vocês só resta a conformação! É assim que eles entendem. Sim, vocês, que levantam cedo e vão trabalhar, vão fazer funcionar as estruturas da Prefeitura, vocês receberam um pacote de previdência, que vem devagar, uma, outra e outra medida. E elas todas não são para beneficiar vocês. O governo vai contribuir sabem com quanto? Com apenas 8,5%! E o servidor com mais 8,5%! Sabem como era a previdência anterior? Dois terços o governo contribuía, 22%, nem é mais dois terços; e 14% era o servidor. E tinha um cálculo, se aposentava com um conjunto dos maiores salários. Agora, não! Agora é só até o teto! Virem-se! Depois do teto, o governo só contribui com 8,5%! Esse é o escândalo que tira do teu bolso, tira de todas e todos! Vocês estão precarizando a Prefeitura com essas reformas da previdência. Vocês não consideram que o servidor público tem que ter uma carreira e tem que se aposentar com o mesmo salário da ativa. Olhem só, tem gente aqui que se aposentou no funcionalismo público com a integralidade do salário e agora, para que as pessoas possam se aposentar com um pouquinho mais, vão ter que contribuir de forma igual ao patrão. O patrão, a Prefeitura, paga 8,5% no que exceder o teto, e o servidor mais 8,5%! Isso é um escândalo! Isso é um escândalo! Isso é a destruição de uma carreira. Vocês estão fomentando que os melhores quadros, em todas as áreas, não entrem mais para trabalhar na Prefeitura. Sabem por quê? Porque vocês não querem escolas com professores de qualidade, vocês não querem postos de saúde com gente que tenha formação, vocês não querem que os

melhores servidores sejam públicos. Eu acho que há pessoas que têm inveja do servidor público. É isso que eu acho. Talvez haja pessoas que inclusive tenham tentado, na sua carreira, serem servidores públicos e não conseguiram. Então, esses projetos são de inveja, de ódio a quem prestou uma prova e se tornou procurador, se tornou fazendário, se tornou professor, engenheiro, arquiteto público. Porque vocês só tratam de desmanchar carreira de quem se dedica a construir o serviço público para Porto Alegre. Por favor, nobres vereadores, ajudem o povo que os elegeu, pelo menos uma vez na vida! São oito meses de legislatura já e vocês não se colocam do lado de quem trabalha! Eu só tenho a lamentar que o prefeito Melo implemente a cartilha Marchezan. É o Marchezan, vestido de outra forma, um pouquinho mais velho, mais grisalho, mas é o Marchezan. Prefeito, o senhor disse que não faria o que ele fez, e aqui está a previdência complementar, aqui está uma contribuição irrisória de 8,5% a quem trabalha a vida inteira, a quem se dedica a construir a cidade. Não existe uma cidade sem a valorização do servidor público e do serviço público de qualidade. Não contarão comigo para a destruição da previdência municipal, a menos que tenha transparência e democracia na discussão de como vai ser esse fundo complementar. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir o PLCE nº 009/21.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Márcio Bins Ely, vereadoras e vereadores. Com razão, o Ver. Jonas, porque há um outro dado que nós devemos ter atenção: na implementação desse projeto como lei, na prática, naquilo que é o contracheque e o valor líquido de salários, haverá, até mesmo, Ver. Jonas, redução salarial. Redução salarial, porque o aumento da alíquota sem aumento remuneratório resulta em redução salarial. Então, nós vamos ter, meu sempre Ver. Alex Fraga, uma redução salarial dos municipais. Por isso não é possível sermos a favor do projeto. Não é possível! O governo tem as suas razões e os seus prazos, mas nós temos uma posição contrária desde a votação da previdência; desde muito antes, mas ali foi manifestado. Não é a nossa posição. A nossa posição é a posição que defende, sim, os interesses dos trabalhadores e das trabalhadoras do Município, porque eles merecem e precisam dessa proteção, porque eles ficam desamparados. E, na verdade, quando se tem um projeto dessa natureza, nós sabemos muito bem que é uma conta a ser paga pelos municipais, que não deram causa a eventuais distorções que existam de caráter fazendário, financeiro ou econômico no Município de Porto Alegre. Por isso, Presidente Márcio Bins Ely, eu acho importante salientar esse aspecto também, além de todos que já foram trazidos muito bem pelo Ver. Jonas Reis, há um outro, que é, na prática, a redução salarial, e isso é proibido pela própria Constituição Federal. Nós votaremos, sim, contra esse projeto, no momento adequado, e não entendemos como é possível que não tenhamos uma condição de termos aqui representantes municipais, representantes dessas categorias que serão atingidas, as categorias dentro da municipalidade, na norma

geral da divisão da mesma categoria, porque eles são os interessados nisso e eles terão, repito, prejuízos enormes. Agradeço a sensibilidade neste caso do líder do governo, Ver. Idenir Cecchim, que aquiesceu ao fato de que não será votado hoje. Não será votado este projeto, porque nós precisamos que esses municipais que serão atingidos conheçam o teor e a data da votação. Muito obrigado, Sr. Presidente Márcio Bins Ely.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir o PLCE nº 009/21.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sr. Presidente, senhoras vereadoras e senhores vereador, eu já disse mais de uma vez, com relação ao projeto de previdência complementar, que eu sou uma das contribuintes de um projeto que iniciou há muitos anos, que não existe pagamento, para que se receba aposentadoria, sem ser continuado. Quando nós nos aposentamos na previdência complementar, nós pensamos que estávamos aposentados sem nenhuma contribuição, mas existe o cálculo atuarial. Para vir discutir nesta tribuna, tem que conhecer de cálculo atuarial, sim; de longevidade. Os novos que entram para poder se aposentar têm que ter um fundo. Ninguém mais suporta pagar aposentadoria sem ter a contrapartida. E, para nossa surpresa, recebemos, ao período de aposentadoria, no mês seguinte, descontos. “Bom, deve ser algum ajuste.” E o desconto continuou. Bem, já faz bastante tempo e nós continuamos pagando a diferença na contribuição. Inclusive quando há ações trabalhistas, é rateado entre os filiados dessa previdência complementar. Então é muito novo, claro, no Município, um tipo de plano desses, que vai assegurar aposentadoria futura. Hoje pode ser pesado para quem vai pagar, mas o futuro será garantido – que é, felizmente, o meu caso e de muitos outros que são membros de fundação de previdência complementar, que ainda muito jovens começamos a contribuir, e temos um fundo. Fica lá o fundo; se quiser retirar ou optar por mudar para outro plano, também é permitido. Então, eu fico a pensar, quando vêm aqui discursos que acusam vereadores e não dão os nomes, que nós estamos a favor de empresários, a favor de governo, Estamos, sim; nós somos da base do governo, nós estamos contribuindo para que mudanças existam, mudanças para melhor. E temos a esperança de que este governo consiga dar equilíbrio ao Município e também um amparo aos trabalhadores, como muito bem mencionado, aos municipais, para que tenham a sua aposentadoria segura. Mas não existem benesses no cálculo atuarial, não existem! Esse é um cálculo que faz com que você contribua. Então, ao colega que me antecedeu, o Ver. Jonas, vem aqui e ataca o governo, quero dizer: vamos construir. Não é no ataque; tudo é motivo de ataque, mas depois vai lá, marcar audiência, ser atendido, não é? E o governo atende. Então, vamos fazer justiça: esse projeto não é terra arrasada, isso vem dar amparo aos trabalhadores, e eu me sinto amparada de ter contribuído uma vida inteira, e ainda contribuir até hoje com diferenças, mas eu sei que não vou depender de outro tipo de regime, sendo este o que eu optei e mais de mil pessoas fazem parte também desse mesmo sistema. Então, eu

só posso discutir para o melhor deste projeto. Estamos apresentando, a nossa bancada do MDB, vereadores Cecchim, Pablo Melo, uma emenda que vai contribuir para dar acesso àquelas entidades que queiram participar dessa disputa ou seleção para fazer parte do Município de Porto Alegre e de seus municípios. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Laura Sito está com a palavra para discutir o PLCE nº 009/21.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas. Acho que o debate em questão não trata, talvez, de uma visão tão retilínea, como a Ver.^a Lourdes aqui explicitou. Ele, de fato, explicita uma concepção, uma visão sobre o papel da previdência e sobre a sua forma, sobre o seu atendimento a poucos, sobre o seu atendimento aos interesses do mercado financeiro e sobre a proteção aos trabalhadores. Por isso é um debate tão delicado, por isso não se trata simplesmente de uma adequação à emenda constitucional, que, inclusive, é uma emenda que atende exatamente a esses interesses e joga, de fato, os trabalhadores e trabalhadoras na insegurança ainda que saibamos que, de fato, é uma questão extremamente delicada. A previdência deve seguir a lógica da proteção social, não do lucro do mercado, exatamente por isso, ao longo dos debates que aqui perpassaram pela Casa em relação ao tema, tanto da reforma da Previdência do prefeito Melo quanto da própria proposta de previdência complementar do ex-prefeito Marchezan, nos posicionamos de maneira contrária. E aí, portanto, para nós, o prefeito Sebastião Melo, esta opção política, este projeto, resgata essa visão neoliberal em relação à proteção social. É importante dizer, para quem acompanha o debate em casa, que a extinção do POAPrev e a opção de abertura ao mercado financeiro é uma opção política colocada, uma opção política que inclusive leva os servidores, de fato, a um processo também de insegurança posto. O projeto também apresenta os limites colocados pela discussão e dos erros do projeto anterior, bem como os limites colocados nessa discussão da previdência complementar, seja pelos seus altos custos, seja inclusive por ter poucos servidores que queiram ingressar nesse novo sistema. Portanto o tema da previdência complementar é mais um problema que evidencia a fragilidade, digamos assim, posta em relação aos trabalhadores, ao abrir o mercado financeiro. Acreditamos que esta opção política seja um equívoco na minha visão. Portanto aqui nesse debate preliminar em relação ao projeto, eu me coloco contrariamente à proposta apresentada pelo governo. Acho que não é a melhor opção, tampouco uma opção que, de fato, resguarde os servidores e servidoras municipais.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para discutir o PLCE nº 009/21.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde a todos e a todas, subo a esta tribuna também para me posicionar novamente contra a um projeto apresentado pelo governo Melo, uma reforma da previdência que vem se apresentando de forma fragmentada, lesando ainda mais àqueles e àquelas que garantem o direito à população de ter um Estado minimamente condizente com suas demandas. Porto Alegre hoje está embaixo d'água, e a principal demanda é de funcionários para conseguir minimamente e emergencialmente dar uma resposta aos dilúvios que estão transbordando, a cidade está afundando literalmente, e falta funcionário para cumprir esse papel, falta funcionário para cumprir o papel da poda, falta o funcionário para cumprir o papel do desentupimento do bueiro, falta funcionário para garantir política de assistência. Não há política de concurso público há muitos anos no Município, e o que a gente vê, cada vez mais, são ataques a essas carreiras, aos poucos que hoje ainda conseguem se sustentar – estão há cinco anos sem reposição inflacionária, estão aí com perdas salariais, o aumento da alíquota de 11% para 14% também foi aprovado por esta Câmara de Vereadores. E, novamente, um ataque àquilo que, para nós, é um direito constitucional, as pessoas tem o direito de se aposentar com salário digno, as pessoas têm o direito de se aposentar, as pessoas contribuíram ao longo de toda a sua vida. O Previmpa, que foi uma discussão que a gente enfrentou também aqui nesta Casa, o seu conselho técnico gestor foi destituído, antes ele era deliberativo, agora virou só consultivo, e nós sabemos que não existe uma dívida do Previmpa, a dívida que existe é anterior à existência do Previmpa, mas nada disso foi suficiente para contra-argumentar essa lógica liberal do governo que quer destituir todos aqueles que minimamente ainda têm um plano de carreira, que têm algum direito adquirido. Nós somos contrários à essa lógica de empobrecer esse segmento da população, nós somos contrários à essa lógica de estado mínimo que não garante àqueles e àquelas, que hoje são os mais desassistidos, aqueles que precisam do serviço público funcionando porque não têm dinheiro para contratar um plano privado de saúde, não tem recurso para conseguir acessar o transporte privado, não têm as mesmas condições de competir. E o que o governo vem apresentando é ainda mais empobrecimento num setor da classe trabalhadora que garante direitos para um amplo e massivo setor na nossa cidade de Porto Alegre. Então, para nós, não tem sentido novamente aprovar, dessa forma com que o governo vem colocando os projetos em votação, de forma acelerada, sem discussão pública, sem construir consensos com aqueles que vão ser impactados, às portas fechadas, novamente as galerias vazias, e quem sai perdendo com tudo isso, com certeza, é o povo de Porto Alegre. Então, a nossa fala nesta tribuna é um repúdio em relação ao método que o governo Melo vem se apropriando e vem construindo aqui com os vereadores da Câmara, de votar esses ataques pelas costas daqueles e daquelas que trabalham, e também ao conteúdo de todas essas reformas, que não dá uma resposta objetiva para crise da população, que é uma crise de desemprego, que é uma crise de aumento do custo de vida, que é uma crise de falta de consumo, porque as pessoas não estão tendo condições de conseguir manter o seu padrão de vida. Não é só uma questão do Município de Porto Alegre, é uma crise global, nacional, que diz muito sobre o governo federal, sobre o governo do Eduardo Leite. Isso se expressa aqui também no Município

pela gestão do Melo, que não dá respostas objetivas para essa queda do padrão de consumo, da qualidade de vida e de desemprego. Mexer na previdência dos servidores, daqueles que foram a linha de frente no combate à pandemia, nas professoras, nas assistentes sociais, nas enfermeiras, nas médicas, novamente, eles, que estão agora garantindo os serviços da cidade funcionando. A cidade está um caos, porque, quando chove, a cidade para, é sobre esses que nós estamos liberando novamente nesta tarde, é sobre esses que a gente tem que pensar quando a gente traz projeto desse tipo que querem reduzir cada vez mais a qualidade de trabalho, a qualidade de emprego, os planos de carreira e a redução salarial, que no meio de uma crise econômica é absurda assim o que vocês vêm apresentando. Então, o nosso repúdio novamente a essa proposta; quarta-feira, é muito importante que a categoria dos servidores municipais esteja atenta. Novamente se organizem, se mobilizem, conversem com as comunidades porque, nesse momento, hoje, Porto Alegre, principalmente, porque a gente recebeu muita demanda em relação aos alagamentos. É nesse momento que a gente tem que conversar com a população sobre a necessidade dos serviços públicos, é quando a árvore cai e bate nos fios, é quando tu estás embaixo d'água, estás perdendo os teus móveis, estás perdendo a tua dignidade, é aí que a gente tem que fazer esse diálogo com a população, a importância que a gente tem que considerar essas instituições que minimamente garantem um pouco mais de dignidade para esse povo que está tão sofrido. Então repudio, novamente, a essa manobra do governo, e quero saudar a mobilização que tem que acontecer, que está acontecendo. A gente tem que sair daqui alertando aqueles e aquelas que vão ser impactados para que conversem com a população, com as comunidades que são assistidas, e a gente consiga disputar a opinião pública, porque, sinceramente, aqui da Câmara de Vereadores, a gente sabe que parte dos projetos já vêm aprovados. A democracia aqui é muito restrita, mas como a gente consegue levar isso para a população de Porto Alegre, que tem que se posicionar, tem que barrar esses retrocessos, porque são vocês que estão nos assistindo que vão ser impactados por tudo isso.

(Não revisado pela oradora.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo Requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato, deferido pela presidência, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01 ao PLCE nº 009/21.

Apregoo a Emenda nº 03, de autoria dos vereadores Jonas Reis e Aldacir Oliboni, ao PLCE nº 009/21.

Informo que não é necessário o envio da Emenda à apreciação de comissões permanentes, pois a proposição tramita no regime de urgência previsto no art. 81 da Lei Orgânica do Município.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Sr. Presidente, eu consulto se há mais inscritos para discutir.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Não.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Sr. Presidente, se não há mais inscritos, que se encerre a discussão e, após, se faça a verificação de quórum.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Não havendo mais inscritos para discutir a matéria, declaro encerrada a discussão do PLCE nº 009/21.

Solicito ao diretor legislativo que proceda à chamada nominal para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Onze Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Não há quórum. Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h29min.)

* * * * *